

Pensamento social anarquista: contribuições, características, singularidades

ROGÉRIO HUMBERTO ZEFERINO NASCIMENTO*

Resumo: Neste artigo me proponho refletir sobre a existência no Brasil de um pensamento operário de caráter político anarquista. Invisibilizado pelas narrativas da *intelligentsia*, o pensamento social dos trabalhadores do começo do século XX tem sido desconsiderado por estudiosos deste tema. A historiografia oficial procedeu intencionalmente a um apagamento das concepções, conceitos e estudos dos trabalhadores anarquistas. Isto foi feito porque não conseguiram apagar dos registros históricos as realizações como escolas e eventos como greves, manifestações públicas e enfrentamentos de rua contra conservadores. Desta maneira, procuro, no espaço deste artigo, redimensionar o lugar e importância do pensamento social anarquista, elaborado pelos trabalhadores e trabalhadoras no período referido aqui no Brasil. Através de imprensa própria, com jornais, revistas, opúsculos como também a realização de manifestações públicas, conferências e eventos culturais, o movimento operário anarquista deixou guardado em arquivos públicos estes impressos como verdadeiros anais de suas lutas e conquistas. Os dinamismos coletivos emolduram, atravessam e envolvem tanto as instaurações como a elaboração de reflexões analíticas e propositivas, revelando uma maneira perspectivista de estudo, considerando a vida social como processual e relacional, enquanto os eventos humanos são situados e circunstancializados.

Palavras-chave: Ciências Sociais no Brasil; cartografias intelectuais; Estado-nação; trabalhadores; anarquismo; pensamento coletivo.

Anarchist social thought: contributions, characteristics, singularities

Abstract: In this article I propose myself to think about the existence of a workman thought with a political anarchist feature in Brazil. Ignored by *intelligentsia*' narratives, the 20th century workers social thought have been inconsidered by researchers of this theme. The official historiography intentionally behaved to the complete conceivings, concepts and studies obliteration of anarchists workmen. This was made because they couldn't erase, from historical records, the realizations like schools and events such as strikes, public demonstrations and street conflicts against conservatives. Thus, at this paper, my attempt is to resize the place and importance of this social anarchist thought, formulated by workmen and workwomen in this specific period here in Brazil. Through their own press, with journals, magazines, booklets such as the realization of public demonstrations, conferences and cultural events, the anarchist workman movement left safe in public files these printed as genuine material of their fights and conquests. Collective dynamisms frame, overcame and incorporate both installation and elaboration of analytical and propositional reflections, exposing a perspective way of studying, regarding social life as something relational and processual, while human events are particular and circumstantial.

Key words: Social Sciences in Brazil; intellectual cartographies; Nation-state; workers; anarchism; collective thought.



* ROGÉRIO HUMBERTO ZEFERINO NASCIMENTO é Doutor em Ciências Sociais pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP); é professor associado da Universidade Federal de Campina Grande – UFCG (PB).

E contudo essa liberdade exterior é para o saber o que a liberdade interior e verdadeira, a liberdade ética, é para a vontade.

– **Max Stirner.**

A vitória do homem na Terra sobre as grandes feras não foi devido à sua força muscular, ao seu isolamento, à sua capacidade de lutar corpo a corpo com elas. Foi devido à sua inteligência e a inteligência provém da capacidade do homem para a sociabilidade com os seus semelhantes. Ela aumentará tanto mais, em extensão, quanto mais perfeita for essa sociabilidade. A carabina é, no final de contas, inteligência.

– **Lima Barreto.**

Palavras iniciais

A constituição das Ciências Sociais no Brasil e, conseqüentemente, de um pensamento social brasileiro, está intimamente relacionada ao esforço, empreendido pelos setores dirigentes, no estabelecimento do Estado-nação. Institucionalmente este processo teve início depois da vinda da família real portuguesa para o Brasil em 1808, tendo sido intensificado a partir da inauguração da república em 1889. Os debates e enfrentamentos ocorridos entre segmentos das elites dirigentes expressam as energias dispendidas por seus intelectuais em dar forma mais definida ao Brasil como nação soberana, moderna, independente e legítima. Isto significava dois desafios simultâneos postos para estes intelectuais: um externo, referente ao imaginário racista europeu definindo depreciativamente o Brasil como país miscigenado, e outro interno. Este último acontecia com os grupos em disputa pelos postos de governo, mas também com um movimento operário anarquista portentoso e arredo. Retomarei mais adiante este assunto. Por enquanto prosseguirei com uma contextualização introdutória das narrativas de formação do pensamento social no Brasil

A discussão colocada nos escritos dos intelectuais da *intelligentsia* girava, grosso modo, em torno da genuinidade da cultura nacional. Procuravam caracterizar a brasilidade através de uma

dita qualidade original. O contexto sócio histórico destes tensionamentos está sobretudo nas últimas décadas do século XIX e inícios do século XX. Destes confrontos formaram-se diversas *cartografias intelectuais* (NASCIMENTO, 2012a), segundo o momento sócio-histórico, político-econômico e cultural-ideológico. O conjunto destas cartas sugere uma *mapoteca da intelligentsia* brasileira a ser devidamente pensada, nesta sua característica, para além das fronteiras disciplinares, das periodizações convencionais e dos cânones.

Jean de Lery, Hans Staden, Joaquim Nabuco, Nina Rodrigues, Gilberto Freyre e Florestan Fernandes, dentre alguns outros, são nomes comuns a diferentes *cartografias intelectuais* oficiais. Eles são apresentados enquanto viajantes, eruditos, estudiosos e intelectuais cujos esforços analíticos em ‘interpretar’ o Brasil contribuíram sobremaneira ao estabelecimento do sentimento de brasilidade atravessando as diferentes regiões como também os vários grupos, coletividades e instituições. Os dois primeiros deles nem de longe sequer pensavam na existência de algo como uma cultura brasileira, tal qual ponderavam os demais aqui referidos. (FRANÇA, 2012; MARTINS, 1976; SANTIAGO, 2002).

Como em todo mapa, existem necessariamente mais referenciais excluídos do que incluídos. Numa

categorização suprime-se algum ou alguns nomes, noutra esmaie-se ou diminui-se a presença de algum outro ou simplesmente procede-se ao apagamento. Este processo de atenuação ou invisibilização é possível de ser observado dentro do próprio cânone intelectual brasileiro. É o caso, por exemplo, ocorrido com figuras como Nina Rodrigues, Oliveira Viana, Alberto Torres, Arthur Ramos, Caio Prado Jr. Em tempos não tão distantes, ocuparam o lugar de intelectuais mais destacados. Seus nomes eram obrigatórios quando dos estudos de aspectos da vida social no Brasil. Entretanto, não obstante a projeção obtida em seus tempos e lugares, até mesmo além de seus tempos e locais de produção intelectual, são muito pouco conhecidos ou referenciados na contemporaneidade. No máximo são indicados como uma espécie de ilustres desconhecidos, situados no âmbito das Ciências Sociais enquanto pioneiros ou precursores do pensamento social no Brasil.

Considerando esta dinâmica, particular ao estabelecimento das diversas *cartografias intelectuais* oficiais, chama atenção a ausência de personalidades e coletividades do multiverso anarquista. O movimento operário das primeiras décadas do século XX elaborou pensamento social peculiar tratando, de forma refratária às concepções e métodos adotados pela *intelligentsia* em seu tempo, os diversos aspectos e dimensões da vida social. Os trabalhadores inclusive apresentaram críticas contundentes às diferentes propostas, formuladas pelas elites dirigentes, quanto à formatação republicana, democrática e governamental para o conjunto da sociedade brasileira. Os temas presentes em seus escritos, jornais, revistas, brochuras e livros, abarcam desde assuntos políticos e sociais, aos econômicos, religiosos, educacionais,

sexuais, ambientais, recusa e problematização das guerras e do militarismo. Artes, teatro, literatura, comunicação social, filosofia, história também estão presentes nestes escritos.

O movimento anarquista no Brasil possuía significativa expressão e visibilidade social nas quatro primeiras décadas do século XX, estabelecendo intensa interlocução com representantes do pensamento oficial (OITICICA, s/d; NASCIMENTO, 2006 e 2012b). Contudo, as pesquisas acadêmicas publicadas no Brasil em torno deste movimento, sobretudo nas décadas de 1960, 1970 e 1980, enfatizam os esforços organizacionais entre os trabalhadores, aludindo de maneira tangencial ao pensamento, concepções e ideias norteadoras de suas realizações. Quando não findam reverberando, sugerindo ou afirmando diretamente a ideia, acolhida nos estratos dirigentes, definindo seus conceitos e noções antiautoritárias enquanto expressões anacrônicas e ultrapassadas. (CHACON, 1965; DULLES, 1977; PEREIRA, 1979).

Com isso reiteram a ideia, definitivamente equivocada por sinal, de obsolescência intelectual relativa ao movimento anarquista, num esforço curioso e ambivalente: desvincular os empenhos intelectuais do movimento operário das suas realizações. Reconhecem a pujança, amplitude, vigor e impacto social das primeiras associações dos trabalhadores, como quando dos enfrentamentos nas greves e manifestações de ruas e outras iniciativas como as educacionais e culturais, mas não estabelecem a devida relação destas instaurações com o seu pensamento político e social. Procedem a uma disjunção forçada, artificial e enganosa, mas útil e conveniente à manutenção de seus próprios

referenciais sociais, ideológicos, políticos e filosóficos.

Havia considerável e significativa diversidade de expressões e concepções entre os anarquistas no Brasil. Recuperando ligeiramente esta variedade do anarquismo, é oportuno registrar esta ocorrência acontecendo desde os clássicos do anarquismo. Stirner, Proudhon, Bakunin e Kropotkin formularam os escritos básicos para o pensamento e para o movimento operário e anarquista ao longo do século XIX e XX. A exceção de Stirner, todos os demais estiveram envolvidos fortemente com grupos de trabalhadores e ativistas. Mas esta é outra conversa. Vejamos em largos traços a variedade anarquista instaurada pelos clássicos.

No plano político os anarquistas se colocam pela socialização do poder através de associações federadas. No plano econômico, há o anarco-individualismo, o mutualismo proudhoniano, o coletivismo bakuninista e o anarco-comunismo kropotkiniano (LUIZZETTO, 1987). O anarco-individualismo defendia a instauração de sociedade com pequenos produtores e artesãos. A intermediação das mercadorias se daria através da medição do tempo individual necessário à produção dos bens. Aqui entra mais em ação o ideário individualista da cultura *estadunidense*, local de maior expressão desta correnteza anarquista.

O mutualismo, por sua vez, postula a federação agroindustrial na qual o produtor se vincularia através de suas associações locais. Não haveria propriedade privada dos meios de produção, mas propriedade posse, caracterizada pelo usufruto efetivo da terra ou oficina. Haveria apenas uma instituição central: o Banco do Povo. Seria, nos planos de Proudhon (1986), mais uma instituição de estatística social,

reguladora da distribuição dos produtos e da remuneração do trabalhador.

O coletivismo bakuninista considera os pontos estabelecidos no mutualismo proudhoniano, com a diferença de se voltar mais para a realidade do trabalhador nas fábricas. Proudhon concebia uma sociedade constituída por camponeses, artesãos e fábricas de pequenas dimensões. Bakunin (1988), por sua vez, incorporou o pensamento proudhoniano, mas focalizou com mais ênfase a realidade fabril. Ambos tinham como máxima “a cada um conforme sua produção”.

O comunismo anarquista teve em Piotr Kropotkin (2011) o seu mais vigoroso expoente. A máxima de sua escola era “de cada um conforme a sua força e a cada um conforme a sua necessidade.” As trocas diretas entre mercadorias em geral seria a maneira de superar o salariado como também os inconvenientes dos sistemas monetários. Kropotkin propôs a abolição da teoria do valor em economia por entender ser impossível, sobretudo nas sociedades modernas, se chegar nem sequer próximo do valor minimamente justo para os produtos. A complexidade da vida e das relações produtoras não possibilitaria o cálculo justo para a retribuição do trabalhador. Sendo assim, Kropotkin propôs a abolição do sistema financeiro e adoção da troca direta, dentro de um regime de propriedade comum, ou seja, sem a propriedade privada dos meios de produção.

Estas são, de modo sintético, as posições dos chamados clássicos do anarquismo. Em fins do século XIX, com o crescimento do movimento operário, o anarcossindicalismo, ou sindicalismo revolucionário, propunha o sindicato como organismo decisivo na derrubada do capitalismo e do estatismo, mas com papel mais importante na construção da

sociedade após a revolução. Este assunto foi matéria de debates na imprensa operária no Brasil, tendo feito presença também um posicionamento de não adesão exclusivista a uma das escolas econômicas em particular. Eram os *anarquistas sem adjetivos* (CARVALHO, 1927; 1932; 2008; 2010; 2012; NASCIMENTO, 2000).

Os anarcossindicalistas ou sindicalistas revolucionários — como também eram denominados os aderentes ao modelo francês expresso na famosa Carta de Amiens, elaborada num encontro nacional de sindicalistas na referida cidade no ano de 1907 —, constituíram a fração majoritária no Brasil. Os anarco-comunistas também tinham presença significativa. Anarco-individualistas, tolstoianos e *anarquistas sem adjetivos* possuíam presença considerável, mesmo estando em menor quantidade (NASCIMENTO, 2006). O ponto comum entre estas correntes libertárias constitui o campo de interseção negador da hierarquia, conforme significado das duas palavras *an* = ausência e *arquia* = governo, comando. O aspecto construtivo dos anarquismos é diverso, variado e em muitos casos inconciliáveis (CARVALHO, 2008, 2010 e 2012).

Existem contribuições sugestivas destas abordagens em pesquisas publicadas na década de 1980 (HARDMAN, 2002; RAGO, 1985). Retomar os impressos dos trabalhadores evidenciando o teor de seus esforços intelectuais é trabalho longe do fim. Os trabalhadores publicaram escritos, organizaram congressos, conferências e encontros regionais, nacionais e internacionais com larga pauta de discussão. Isto com perspectiva analítica profundamente contrária, não apenas significativamente diferente, à abraçada pela *intelligentsia* no Brasil. Entre os diversos temas, abordaram questões relativas à

organização política, econômica e social, escola e educação, sexualidade, a condição feminina e da criança, os preconceitos de raça, de nacionalidade e de classe, a relação e a posição humana diante das outras espécies vegetais e animais e mesmo em relação ao planeta e ao cosmos. As contribuições no campo das artes, comunicação social, letras e literatura não são de importância secundária.

Jornais, revistas e livros apresentam matérias tratando do assunto e alimentando os encontros os quais, por sua vez, resultavam na elaboração de resoluções e documentos socializando os debates. Porém, antes de apresentar o pensamento social anarquista como me propus fazer nestas páginas, procederei de maneira breve a uma exposição do processo histórico da formação do pensamento social no Brasil. Ao fazer desta maneira, penso em evidenciar o pensamento social como processo social, político, ideológico e cultural. Se for verdade que o social se explica pelo social, também as ideias não fogem a esta apreciação. Como estudiosos de eventos humanos, precisamos ficar permanentemente atentos para não resvalarmos desavisadamente naturalizando os dinamismos sociais. A apresentação das ideias, teorias, escolas filosóficas e da história, muitas vezes instalam a ideia de mérito intelectual como único e suficiente critério na definição dos nomes, pessoais e coletivos, estudados e aprendidos nas instituições de ensino.

O pensamento social anarquista, nesta perspectiva, se constituiu polemizando e estabelecendo interlocução com companheiros e adversários, incluindo a *intelligentsia*. O ambiente intelectual no Brasil estava marcado pelas produções e esforços na construção da nação, a se tornar moderna, progressista e

democrática. O movimento operário surgiu num cenário social profundamente adverso onde superexploração do trabalho, jornada de trabalho extenuante, salários irrisórios, fábricas insalubres, condição mais agudamente violenta submetendo a mulher e a criança operária, truculência policial, carestia da vida, moradia de alto preço, eram parte do cotidiano.

1 – Contexto social e histórico da formação do pensamento social brasileiro

A passagem do século XIX para o XX marcou no Brasil e no mundo intensas, profundas e expressivas transformações sociais. No Brasil este momento pode ser percebido a partir da mais acima citada vinda da família real no ano de 1808. A situação de colônia foi alterada, em 1815, para a condição de sede do Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves. O fim da escravidão negra em 1888, a inauguração da república no ano seguinte, a terceira onda imigratória¹ nas três primeiras décadas seguintes, o intenso processo de urbanização e industrialização, a formação do movimento dos trabalhadores, constituem acontecimentos decisivos para os segmentos sociais no Brasil, caracterizando e delineando significativamente este período histórico. Estas transformações modernizantes (KUMAR, 1997) ocorreram em sintonia fina, constante e intensa, com acontecimentos estabelecidos noutros países das localidades econômica, política e intelectualmente centrais do planeta.

Os setores integrantes das elites dirigentes no Brasil acolheram as ideias e propostas modernizantes de forma

entusiasta, apologética e triunfalista. Entendiam este processo como forma de civilizar o país, negativamente marcado pelo seu histórico colonial e escravocrata. Intelectuais ligados a estes setores, mesmo considerando possuírem suas especificidades, apresentam em seus escritos esta perspectiva extasiada, maravilhada e obcecada por esta modernidade cujo dinamismo expansionista revela sua face autoritária. Mesmo havendo conflitos, tensões e discordâncias no interior destas elites, elas estavam concordes quanto à adesão ao universalismo, centralidade e intervencionismo social do projeto de modernidade anunciado, sobretudo, na busca da construção efetiva do Estado-nação brasileiro.

Estudiosos do assunto comumente elaboram enfoques demasiadamente aproximados, dando evidência a aspectos diferentes distinguindo as variadas facções modernistas no Brasil. Com este procedimento desconsideram a relevância, implicações e significados dos campos de interseção e enlaçamento repercutindo a mesma vibração entre os diversos segmentos das elites dirigentes. Este recorte convencional também prejudica as possibilidades de melhor discernimento dos modos de convergências, composições e articulações acontecendo dentro e simultâneos aos enfrentamentos; em torno destes, e dando suporte às oposições e antagonismos recíprocos. Abordar os eventos referidos considerando diferentes perspectivas, portanto, constitui condição a esta percepção.

As diferenças entre os segmentos das elites dirigentes por vezes eram inconciliáveis. Na República Velha ou

¹ A primeira onda migratória ocorreu a partir do ano de 1808 com a abertura dos portos para as nações amigas. Este evento se deu com a vinda

da família real de Portugal para o Brasil. A segunda onda migratória aconteceu a partir do ano de 1850 (DIEGUES JR, 1980).

Primeira República ou ainda, como também era convencionalmente denominada, República das Oligarquias (1889-1930), por exemplo, fora instaurada a alternância no poder central entre Minas Gerais e São Paulo. Aqui reside o motivo das irritações e profundos aborrecimentos nas elites das demais regiões do país. Os sentimentos de desagrado e descontentamento nos diferentes setores das elites regionais ofereceram a ocasião oportuna para o estabelecimento e crescimento de movimentos contestatórios. Mais além das alterações, instaurou-se ambiência social favorecendo a difusão de ideias separatistas em várias regiões. A história registra, a partir de então, a eclosão de quarteladas, revoltas e várias expressões de insubordinação envolvendo setores das forças armadas.

As elites dirigentes ‘regionais’² – isto é, setores das camadas diretoras no país existentes fora do sudeste – sentiam-se insatisfeitas, excluídas e desgostosas com o novo regime. No processo de derrubada da monarquia, os republicanos tinham acenado com a promessa de estender a todos os cidadãos os benefícios de uma sociedade moderna, progressista, avançada. Porém, neste contexto ‘cidadão’ significava mais apropriadamente pertencimento a um dos segmentos das elites dirigentes. Houve, ao contrário do prometido, intensa e profunda concentração, da riqueza social, num círculo pequeno e estreito de apaniguados. A condição de cidadão e não mais de súdito sugeria, se não algum tipo de ascensão social de caráter mais geral, ao menos alguma forma de participação política e de melhoramentos econômicos mais extensivos. As

expectativas, alimentadas pelas citadas elites dirigentes ‘regionais’, foram frustradas no novo regime político, que não produzia a esperada integração social no país.

Sentindo-se preteridos pelo governo central, as elites dirigentes ‘regionais’ procuraram os meios e instrumentos vistos como os mais adequados para encaminhar seus projetos de modernidade. Exatamente este particular conduziu estudiosos do período a superestimarem estas dissonâncias, elaborando conclusões com enfoque centralizado nos atritos entre setores das elites dirigentes, e na derrota de alguns destes projetos de modernidade. Esta constitui ocasião para a elaboração de obras insinuando, ou mesmo afirmando taxativamente, a existência de uma espécie de escatologia nos dinamismos sociais: nestes escritos supostamente teria vencido o projeto mais aperfeiçoado, com melhores propostas e de maior possibilidade de exequibilidade. E não são poucos os estudiosos a considerarem elogiosamente a ditadura de Getúlio Vargas por ter instaurado a unidade nacional.

Não raramente as apreciações triunfalistas são redigidas por escribas localizados dentro do campo gravitacional das elites dirigentes. O entendimento comum encontrado é o de estes eventos humanos serem apreciados enquanto acontecimentos inevitáveis, fatais, favorecendo terreno para o estabelecimento de instituições diretoras, reguladoras e controladoras da vida social, cada vez melhores, mais perfeitas e aperfeiçoáveis. Constituem

² A expressão “elites regionais”, usual na literatura historiográfica e das Ciências Sociais, é reveladora da vinculação de estudiosos e intelectuais com projetos de modernidade específicos, caracteristicamente universalistas. A

adesão implica no dinamismo inclusão/exclusão. Desta maneira, os que se definem “nacionais” pertencem a regiões específicas acusando nos adversários o diminutivo de “regionais”.

estudos e esforços intelectuais abrigando pressupostos, perspectivas e indicações normativas apologéticas dos projetos de modernização verticalizada (RODRIGUES, 1979; SIMÃO, 1966; VITA, 1966; MICELLI, 1989, 2001; MARTINS, 1976; ORTIZ, 1994; REIS, 2000 e 2006).

Estes estudos possuem pressupostos e implicações significativos como liame atravessando, por vezes silenciosamente, por vezes explicitamente, as variadas narrativas com suas ponderações, articulações e conclusões. Tais aspectos emolduram o pensamento da *intelligentsia*, dizendo respeito à vinculação dos estudiosos a particulares e diferentes projetos de governança abraçados pelos segmentos das elites dirigentes. As pesquisas contornando, por exemplo, certos aspectos das trajetórias biográficas, sob as escusas da teoria e do método, procuravam dar bases mais sólidas para uma legitimação ao predomínio deste ou daquele segmento com pretensões à direção da dinâmica da vida social no Brasil (PALLARES-BURKE, 2009; PERICÁS, 2014; CERQUEIRA, 2004; RICUPERO, 2008).

Consideradas numa perspectiva mais larga, estas discordâncias surgem como estando restritas às intensas e agônicas disputas na ocupação dos postos de comando na nova circunstância republicana. Uma abordagem mais dilatada considera importante a existência das particularidades. Mas não perde de vista o significado e relevância dos campos de encontro dos modernismos à brasileira. Cada setor, com pretensões à direção das esferas de comando da sociedade, empenhava-se particularmente na busca de validação de seu projeto de modernidade com a consequente derrota de seus concorrentes. Admitem-se composições

com a condição incontornável do reconhecimento, pelo conjunto da elite dirigente, quanto ao predomínio de um projeto e consequente subalternização dos demais (TOLEDO, 1997; SORJ, 2001; SANTIAGO, 2002).

Um dos espaços decisivos de enfrentamentos aconteceu com a elaboração de reflexões e pesquisas favoráveis e convergentes com o projeto de construção de uma nação moderna, entendida enquanto sociedade progressista, humanista, liberal, democrática e tecnologicamente avançada. Por sua vez, e concomitantemente, a ideia de nação é entendida sobretudo como unidade e unicidade cultural, histórica, política, econômica, intelectual, étnica e religiosa (GUIBERNAU I BERDUM, 1997; POUTIGNAT, 1998; GOPAL, 2000; ANDERSON, 2008; ROCKER, s/d). Com este entendimento a intelectualidade oficial e oficiosa envidou considerável e significativo esforço em emprestar a qualidade de legitimidade da conquista dos locais de comando, delineando certa homogeneidade a um heterogêneo conjunto chamado *pensamento social brasileiro*.

A reunião destes estudos constitui numa coletânea de textos de referência, quando se trata da formulação de conceitos, ideias e noções no campo da História e das Ciências Sociais, elaborados pelos legítimos intérpretes de uma nacionalidade brasileira autêntica (CÂNDIDO, 2014; UNDERSTANDING, 2009). Este era um desafio de consideráveis magnitudes a ser enfrentado pelos segmentos das elites dirigentes desde o período do Brasil Império. Neste momento tomou maior volume e densidade, para importantes setores das elites no Brasil, a ideia de deixar a condição

desfavorável de colônia e ascender à condição de país autônomo e soberano.

A já referida vinda da família real para o Brasil em 1808 ofereceu a ocasião para uma maior aceitação, fomentação, acolhimento e irradiação da proposta formulada entre setores das elites no Brasil para o rompimento político com Portugal e proclamação da independência. Estabelecida a ruptura com Portugal, as implicações e os desdobramentos da instituição da escravidão e seus pressupostos pesavam fortemente sobre o Brasil como um estigma complicado de remover. Com estas variáveis desfavoráveis, era difícil convencer os demais países centrais a aceitarem o Brasil dentro da civilização entendida como modernidade (KUMAR, 1997).

Desta maneira os republicanos tiveram este desafio redobrado: externamente pretendiam alcançar o reconhecimento internacional de país soberano, civilizado e moderno, e internamente mediar, procurando equacionar, amenizar ou dirimir, os diferentes e por vezes interesses opostos das elites regionais. Tratava-se, neste campo de enfrentamento, de apaziguar insubordinações eclodidas em setores das elites regionais descontentes. Tratava-se simultaneamente de alcançar o *status* de país progressista, liberal e humanista, livrando-se, contornando ou minimizando significativamente, o estigma racial de país miscigenado. Gilberto Freyre e Nina Rodrigues, por exemplo, expressam estes enfrentamentos dentro dos setores dirigentes. O primeiro, ligado à aristocracia rural pernambucana, elaborou seu pensamento apoiado em categorias biologizantes da vida social, acrescentando uma ênfase na dimensão simbólica, cultural, em seus estudos. Este acréscimo o distancia, até certo ponto, de

Nina Rodrigues, ligado às elites dirigentes do sudeste e cujo pensamento se baseia no determinismo biológico.

Ao mesmo tempo, o movimento operário, junto a outros setores populares, constituía portentoso adversário cuja presença na vida social não era como coadjuvante. Este movimento forjou pensamento social questionador dos projetos de modernidade elaborados pelos intelectuais vinculados a diferentes setores dirigentes. Conhecer melhor e com mais detalhes o teor destas críticas e recusas elaboradas pelos trabalhadores neste momento histórico é conhecer a singularidade de suas análises expressas nos livros, conferências, jornais e revistas produzidas pelos trabalhadores.

Os intelectuais ligados às elites dirigentes do Brasil tinham na imprensa operária forte e importante antagonista. Seu pensamento também fora forjado procurando responder às críticas dos trabalhadores, expressas em jornais, revistas, livros, conferências, greves e manifestações de rua. Sob o crivo de premissas biológicas, a intelectualidade oficial entendia a mistura das presumidas raças como um gatilho a acionar um processo invertido no caminho da evolução biológica. Os teóricos do racismo denominaram a miscigenação de *degenerescência*, termo carregado de sentido depreciativo e estigmatizante. Desta maneira, a sociedade brasileira foi marcada pela nódoa de país miscigenado, de raças misturadas, portanto, fadado a mais completa ruína (DIWAN 2008; SCHWARCZ, 1993.). A seguinte expressão, usual entre os autores racistas, resume com muita propriedade as expectativas nutridas na comunidade internacional quando o tema era Brasil: um país sem futuro!

Estes escritos da intelectualidade oficial formam uma espécie de *index* da *intelligentsia* brasileira. Ao mesmo tempo são considerados provas factuais e objetivas da existência da nacionalidade brasileira. Isto acontece conforme estabelecido num certo cânone, formulado, divulgado e compartilhado nos diversos nichos de estudiosos e interessados com os eventos sociais em nossa contemporaneidade. Por extensão, esta espécie de códex da inteligência brasileira serve de sustentação simbólica, é verdade, mas de algo como possuidor de realidade concreta, objetiva: a brasilidade. O sentimento de materialidade da nação implica numa projeção tanto em retrospectiva como prospectiva, arranjando e rearranjando obras e seus autores, de maneira a constituir uma espécie de mapa cognitivo valorado e significativo.

Hoje este grupo de escritos heterogêneos ocupa lugares de maior ou menor projeção numa *cartografia intelectual* partilhada no meio acadêmico e em sua ambiência mediata e imediata. No geral são escritos elaborados com propósitos diferentes, mas arrolados num conjunto possuidor de qualidade unificadora: documentos e provas de caráter material quanto a uma realidade objetiva e existencial da nação brasileira. A evocação deste cânone empresta qualidade de concretude ao sentimento de pertencimento a uma ‘comunidade imaginada’ (ANDERSON, 2008).

À margem desta *cartografia intelectual* oficial, no interior do movimento dos trabalhadores, a ampla e complexa questão social era objeto de análises, como apontei mais acima. Diversos trabalhadores conceberam obras, além dos escritos dispersos na imprensa proletária, contendo reflexões próprias e refratárias às perspectivas laudatórias dos projetos de modernidade autoritária

acolhidos pela intelectualidade oficial. O estabelecimento do novo regime republicano suscitou interessantes debates pelos trabalhadores, registrados em seus jornais, revistas, livros e opúsculos. Além da imprensa como meio e registro destas reflexões, os trabalhadores abordaram este assunto em diversas conferências, congressos e manifestações públicas.

No entanto, estas ponderações, apesar de conhecidas de forma genérica e alusiva, atualmente não são consideradas enquanto contribuições intelectuais. Sequer são mencionadas. Seu caráter problematizador, questionador e dissidente destoa do consenso existente no coral harmonioso dos entusiastas da modernidade em suas versões empolgadas com o Estado-nação. Os trabalhadores anarquistas elaboraram um pensamento social próprio, criticando não apenas a república no Brasil, com suas bases e fundamentos, mas toda forma de centro diretivo da vida social. Isto sem deixar de apresentar e experimentar outras perspectivas sociais. Para me acercar destas questões, algumas perguntas se mostram pertinentes: quais particularidades do pensamento social anarquista diante do pensamento oficial? Os anarquistas elaboraram ferramentas conceituais próprias em seus escritos? Havia homogeneidade analítica entre os anarquistas quando de seus estudos? Seus escritos apresentavam perspectivas essencialista, universalista ou transcendental? Elegiam alguma dimensão da vida social como primordial ou determinante das demais? Qual conceito de ser humano e de sociedade apresentam? Quais características de seus métodos de estudo?

2 – Estratégias de apagamento do pensamento social anarquista

O conhecimento contemporâneo do pensamento social anarquista foi considerável e significativamente obliterado da memória coletiva. Isto se deu por conta de ter predominado as ideias políticas de teor autoritário, com o espraçamento da razão da força nas décadas do século XX. A truculência grassou sobretudo por cima dos segmentos populares. Entretanto, o esmagamento destas camadas da população e do movimento operário aconteceu não sem a cumplicidade e anuência destes mesmos segmentos sociais (DOMINGUES, 2008; FERREIRA, 1997). Apenas a violência não é suficiente para instaurar configurações sociais totalitárias. A Era Vargas significou o recrudescimento e intensificação da brutalidade por sobre as frações populares, mas também acenou aos trabalhadores com legislação social dentro de uma modernidade autoritária. Este discernimento está presente em Florentino de Carvalho quando, num artigo publicado no ano de 1920 no jornal anarquista de São Paulo *A Plebe*, teceu comentários em torno do lançamento do jornal, de caráter trabalhista, *A Vanguarda*.

“A Vanguarda”

Mais do que pela força, a burguesia domina o proletariado pela escola, pelo livro, pela palavra e, sobretudo, pela imprensa.

Com todos esses elementos o Estado e o capitalismo temperam a mentalidade das classes civis, ou militares, instruídas, educadas, moldadas em todas as normas úteis à conservação e a defesa dos seus domínios.

Pelo governo sobre os espíritos, pelo império sobre os corações, mantêm a soberania econômica e política. A

força bruta tem uma função secundária.

Como, pois, obter-se a liberdade intelectual e a independência moral, para obtermos finalmente, a autonomia econômica e política? O meio mais viável é neutralizar o veneno do fanatismo religioso, destruir o micróbio do racionalismo, a confiança nos governos, a esperança nas leis, o temor por tudo quanto representa governo ou autoridade, fatores poderosíssimos de escravização, que a imprensa burguesa injeta diariamente no sangue dos cidadãos. (CARVALHO, 2012: 152).

O ambiente social denso de fanatismo religioso e fundamentalismo cientificista, desdobra a razão da força. Extirpar os efeitos dos dogmas religiosos e cientificistas consistia numa tentativa de arejar os ares de sua época. A razão não tem expressão positivada e unívoca, emergindo de acordo com as configurações sociopolíticas, econômico culturais de uma época. Neste mesmo ano de 1920 Florentino de Carvalho, analisando a intensificação da repressão sobre o movimento operário, sobretudo a partir do recrudescimento das leis de expulsão de estrangeiros, lembrou que “atualmente mais razão tem quem mais gritar” (CARVALHO, 1920). Deste discernimento vem o empenho presente no movimento operário e anarquista em tornar visível socialmente as perspectivas dos trabalhadores, dar voz aos componentes das camadas populares, sobre os mais variados assuntos candentes em seu tempo.

Expressivas áreas dos setores populares acolheram as seduções universalistas, cedendo a seus encantos. A criação do PC do B em 1922, os vários nacionalismos de matizes fascistas e o conservadorismo católico, penetraram

fundamente no conjunto da população, inclusive entre frações populares significativas, incluindo aqui setores expressivos do movimento operário. Esta variável não é de menor importância e significado.

O trabalho metódico de apagamento e anulação do pensamento social anarquista se coaduna com o esforço em estabelecer outros referenciais para o imaginário coletivo. Esforço este acolhido em boa parte dos diversos segmentos sociais. A memória das realizações do movimento operário era muito mais difícil de aniquilar. Portanto, a *intelligentsia* tratou de promover a disjunção entre pensamento e instaurações. As greves portentosas, os enfrentamentos conflituosos com o patronato e com os governantes, as conquistas sociais alcançadas a partir destes conflitos estão devidamente anotadas nos vários registros históricos tratando do período.

No entanto, a *intelligentsia*, reverberando uma dita *dialética esclarecida da história* ou uma suposta *neutralidade axiológica* nos seus estudos, procedeu em conjunto a uma campanha de desqualificação do pensamento anarquista tido como desatino, desvario, anacronismo, obsolescência e completo disparate. Com este procedimento, conseguiram firmar o interessante conceito de existência de uma vigorosa organização operária, com federações e confederação, congressos e associações, reflexões e instaurações, simultaneamente a ideias e concepções sociais tidas como essencialmente arcaicas, equívocas, ultrapassadas e limitadas. Este período ficou nos registros históricos oficiais, de maneira depreciativa, como tendo sido a fase infantil do movimento operário brasileiro.

Não obstante este entendimento, os anarquistas elaboraram pensamento próprio, num processo coletivo e expressando a observação atenta dos acontecimentos aos quais estavam direta ou indiretamente ligados. Jornais, revistas, resoluções dos congressos, livros e panfletos operários são documentos históricos guardados em arquivos públicos e particulares, testemunhando a envergadura de ideias e experimentações instauradas pelos trabalhadores anarquistas. Já me referi em outro momento (NASCIMENTO, 2012b) ao dado escondido na verdade das afirmações das literaturas históricas, tratando dos trabalhadores no Brasil em inícios do século XX, quanto ao analfabetismo existente em seu meio. Esta verdade mente não por não ser verídica, mas por desconsiderar os processos coletivos de produção, continuidade e socialização do conhecimento. Estes dinamismos são impermeáveis à lógica binária existente nas instituições educacionais estabelecidas no Brasil a partir dos anos da década de 1930 porque bagunça os esquemas ossificados, os roteiros pétreos, dos essencialismos rotineiros, dos binarismos sedentários.

3 – Pensamento social anarquista crítico do cientificismo

Um dos conceitos partilhados comumente diz respeito ao anarquismo enquanto conjunto de ideias intimamente ligado a um individualismo radical e extremado. Neste sentido o anarquista é visto como alguém absolutamente antissocial, egoísta, autorreferente, avesso a afeições e empatias próprias da vida de relação. Seu comportamento teria como orientação unicamente seus próprios apetites, paixões, impulsos e interesses. O anarquista, assim pensado, procuraria, por cima de pau e pedra, satisfazer a

todos os seus ímpetos, impulsos e paixões, doa a quem doer, custe o que custar. A sua sensibilidade, quanto à existência particular das demais pessoas, apresentaria vacuidade de forma e ausência cognitiva: não conheceria nem reconheceria a alteridade. Não perceberia no “outro” significado e importância para além de alguma possível utilidade pragmática quando de seus próprios planos e objetivos.

Neste imaginário medonho, alarmado e amedrontador, é impossível conceber o anarquismo enquanto pensamento social. Ricardo Mella (1978) contestou as teses lombrosianas embasando esta imagem de ser maligno, projetada sobre os anarquistas. A imprensa anarquista no Brasil, relativa a jornais, revistas, brochuras e livros, registra muito mais do que os eventos de seu tempo. Nela estão impressas suas concepções, perspectivas, métodos de análise e processos de estudos. Acontece de serem não apenas refratárias, mas radicalmente opostas aos métodos, referenciais conceituais e conclusões dos intelectuais da *intelligentsia*. Como é do conhecimento mais amplo, os precursores ou pioneiros das Ciências Sociais no Brasil tiveram na ideia biológica de raça a base de seus estudos sobre a sociedade brasileira.

Este critério racializante, portanto naturalizante das relações sociais, predominou destacadamente entre os intelectuais oficiais no Brasil até pelo menos os anos da década de 1940 (DIWAN, 2008). Gilberto Freyre (1945) registra e destaca, elogiosamente e sem ter feito a mais pequena suspeição, a ascendência exercida por Nina Rodrigues nos estudos sobre o Brasil. Em seu texto de apresentação ao livro de Augusto Lins e Silva, “Atualidade de Nina Rodrigues”, deu destaque e evidência não apenas a “atualidade de Nina Rodrigues”, mas ao caráter

interventor de seus escritos ao ter servido de referência na ação governamental. Freyre lamentou não ter o autor, em sua apologia à Nina Rodrigues, feito qualquer alusão ao empenho interventor dos escritos de Nina Rodrigues através da orientação dada aos governantes republicanos no Brasil.

Esmaecendo sua dominância, a biologização das relações sociais não deixou de ter presença significativa nas décadas seguintes. Outras bases explicativas de natureza essencialista foram tomando o lugar antes monopolizado pela ideia biológica de raça. Desta maneira do biológico passou-se para o cultural e simbólico. Nesta passagem houve a ocasião de culturalizar a ideia de raça. Também o econômico tomou o lugar de primazia no entendimento do comportamento humano. Mesmo assim, com o biológico, com o cultural simbólico ou com o econômico, tem-se uma substância determinante, ou primordial, atravessando, emoldurando e subalternizando todas as dimensões da vida social humana. Os diferentes intelectuais da oficialidade estavam juntos na utilização de uma epistemologia transcendentalista, partindo da raça, do cultural ou do econômico, ou ainda combinando-as, na elaboração de suas pesquisas e publicações.

Entre expressiva parcela dos trabalhadores anarquistas estes conceitos e concepções não tinham acolhida. Os *anarquistas sem adjetivos*, por exemplo, percebiam a questão social dentro de uma dinâmica complexa e variada. Mesmo conhecedores da dominação política e da exploração econômica, havia um entendimento de ser a questão social multiprocessual e transdimensional. Não há instâncias

primordiais ou determinantes. Por isso a recusa de teorias, modelos, roteiros e esquemas programáticos no estudo como na prática de suas associações de classe, de cultura, de educação... A exposição de suas perspectivas multifacetadas para a reflexão como para a ação, revela o entendimento da vida social característica e finamente complexa e diversa. Passo a palavra a Florentino de Carvalho, num trecho de um artigo publicado em São Paulo, no ano de 1913 no jornal *Germinall*:

Inimigos de todas as leis, de todos os regulamentos, de todos os programas; mente aberta a todas as ideias ou pensamentos elevados, irradiados pela luz do livre exame, não podemos circunscrever-nos a uma estrita concepção encerrada nos moldes de determinada escola filosófica ou sociológica.

Podemos, sim, ter mais simpatia por esta ou aquela tendência, este ou aquele método de luta, mas, tratando-se de investigação e de propaganda, é um disparate seguir o método unilateral. Todos os meios que não estiverem em conflito com os nossos princípios devem ser empregados na luta pela nossa causa. (CARVALHO, 2010: 48)

Também nesta mesma direção vejamos o prefácio do segundo livro de Florentino de Carvalho. Livro único porque apresenta a leitura de um trabalhador diante da guerra declarada em 1932 pelos governantes de São Paulo contra o governo central sob a regência de Getúlio Vargas.

A verdade e a justiça são os princípios básicos dos modernos postulados, as forças morais dos movimentos revolucionários, o ponto de partida da humanidade insubmissa em marcha para o ideal.

Partindo destas premissas, que reputamos definitivas, iniciamos, no

presente trabalho, a resenha e a análise da guerra civil paulista, em seus vários aspectos, sem reticências ou exageros, de maneira a obviar qualquer dúvida sobre a exatidão e a coerência das nossas apreciações.

É de nosso feitio ver todos os seres humanos no mesmo plano moral. Para nós a condição social ou a catadura nada representam. Na espécie humana não há melhores nem piores: todos somos iguais. Os atos bons ou maus, não exprimem a natureza íntima dos respectivos autores. A não ser por atavismo ou doença, o homem não se torna lobo do homem. Pelo contrário, o homem sadio, equilibrado, inclina-se de preferência para o bem. Por via de regra, a linha de conduta é produto do meio.

A responsabilidade do indivíduo pelos atos que pratica é muito relativa, limita-se à parte que cada qual desempenha como elemento ativo e, de certo modo conscientemente e de motu próprio, nos fatos sociais, individuais ou coletivos.

Por isso, na crítica que aqui fazemos à última guerra civil, visamos especialmente as causas sociais que a determinaram. Quanto à crítica às coletividades ou pessoas que lhe deram vida, limita-se à parte que representaram como expoentes de um regime anacrônico, e ao conteúdo psicológico que se adquire no ambiente atual de imperfeições e misérias.

É este nosso critério. Não conhecemos outro. (CARVALHO, 1932: 7-8).

Maria Lacerda de Moura nas páginas de apresentação de seu livro “Amai-vos e... não vos multipliqueis”, responde à demanda lançada para ela quanto a uma definição ideológica, partidária, doutrinária, enfim, programática. O

texto é intenso, mas longo para constar aqui. Por isso destaco algumas partes relativas ao tema, sabendo da violência deste recorte e da perda do vigor de seu pensamento com esta exposição feita de forma fragmentária. O dinamismo poético desta apresentação finda sendo quebrado com este meu procedimento. Mas, feito o registro, vejamos algumas passagens de seu escrito de apresentação ao referido livro:

Que não me encontrei a mim mesma? Quem é que já se encontrou a si mesmo, sob o Sol?

Quem poderá dizer: “eu sou o caminho, a verdade e a vida”?

As palavras de Cristo foram deturpadas pelos padres. Cristo deveria ter pronunciado esta verdade profunda: “Que cada qual siga o seu caminho, a sua verdade e a sua vida, tal como eu tenho o meu caminho, a minha verdade e a minha vida.”

Quando eu me encontrar a mim mesma serei um Deus realizado. Só se encontraram a si mesmos por sobre a terra, os padres, os políticos profissionais, os pensadores de rebanho – tontos de vaidade, pesados de orgulho, trôpegos de presunção intelectual, dobrados ao peso dos dogmas e das afirmações categóricas, seguros de si mesmos, infalíveis e jactanciosos.

Só sabem exatamente o que querem – esses políticos, os “profiteurs” da imprensa, os armamentistas, os comerciantes, os industriais, as mensagens dos pais da pátria, os cáftens, os “gigolôs”, os sacerdotes; a Igreja Católica Romana, os imperialismos yankee, britânico e mussolinesco, o Papa, Tacchi Venturi – o chefe dos jesuítas, as associações de “boxeurs”, os militares, o “coronel”, as embaixadas diplomáticas, Hitler, “L’Accion Française”...

(...)

Não é de agora que se exige de mim um programa ou a ingressão “corajosa” em um partido.

Que me defina! Que sele o meu nome com determinado rótulo, afim de que possa ter “autoridade”... Que carregue o peso de uma chapeta e o auxílio indispensável de duas muletas sociais. Que me batize finalmente. Preciso completar-me. Fazer parte de um partido é ter amigos e defensores incondicionais. É estar, docilmente, servilmente, domesticadamente ao lado de alguém. É ter valor, portanto, é ter “autoridade”...

Desprezar as muletas e os partidos é ser atacado por todos, é ser “voz isolada”, “voz única”, “irrefletida”, “despercebida” do rebanho social acarneirado no redil da imbecilidade e da covardia.

O “individualista da vontade de harmonia” não faz programa nem para si nem para os outros.

Com relação à minha vida interior, sei o que desejo, sei o que quero.

Com relação à vida social, sou antissocial, nem sei, nem me interessa saber. Destaco os indivíduos do bloco social. Em relação à sociedade, sei o que não quero.

A minha ética repele os partidos, os programas, toda a moral social.

Não sou advogado, não sou político, não me interessa a “população de cima” e nem a “população de baixo”.

Observo, analiso, critico, exalto, não mando, não dirijo, não exijo, nem mesmo peço ou procuro persuadir, não me preocupo com as soluções para os problemas. As soluções ficam bem aos matemáticos, aos sentimentos dos padres das beatas, à profissão dos

advogados e às mensagens prometedoras dos políticos, aos programas sectaristas fora dos quais não há salvação e aos romances da gente honesta em que são castigados os vícios, em que é premiada a virtude...

(...)

A vida não cabe dentro de um programa escrito pela imbecilidade social, não pode encerrar-se em universidades, em academias literárias, científicas ou filosóficas, não pode fechar-se em um partido, em uma doutrina, em um sistema religioso, em a moral social.

As necessidades humanas têm as suas origens nas criptas profundas do EU e não são as leis mesquinhas dos homens ou as suas teorias, as suas doutrinas, os seus partidos ou os seus programas que hão de solucionar ou pelo menos definir o problema da Vida.

E os homens, da sua impotência, da sua limitação sensorial, da sua pequenez, da sua insignificância sectarista, da sua miopia, da sua maravilhosa inconsciência, da sua formidável ignorância, da sua ambição desmedida, tecem um padrão de glórias: o heroísmo dos partidos, das seitas, das bandeiras, dos programas.

(...)

Só a insuficiência mental pode limitar o horizonte da visão da Vida.

Mas, se a mente humana finita, a razão ou a ciência tem, limitado, o campo desse portentoso raio visual, em compensação, podemos alar os nossos sonhos em hipóteses acariciadoras e imaginar tudo quanto possa alcançar a imaginação em busca do infinito e do eterno, além do tempo e do espaço, através da sabedoria subjetiva, libertadora e humana a

que damos o nome de divindade interior. (MOURA, 1922: 12-18).

Em seu livro “Civilização – tronco de escravos”, Maria Lacerda de Moura apresenta reflexões ácidas quanto ao uso da ciência nas sociedades industrializadas. Ao longo do livro a autora se esforça em denunciar a associação entre capital, religião, nacionalismo, industrialismo e ciência. Esta composição tem resultado devastadores atingindo humanos e não-humanos. A vida no planeta, enfim, estaria em sério perigo. Maria Lacerda de Moura escreveu livros únicos. Este é um deles. Vejamos as palavras introdutórias.

A CIÊNCIA A SERVIÇO DA DEGENERESCÊNCIA HUMANA

A humanidade, considerada na espécie, conserva a mentalidade rotineira, atrasada, empírica, de todos os tempos, de todos os rebanhos. Ainda mais: a civilização sufoca o instinto animal de defesa.

A evolução é individual, e o conservantismo das massas é assegurado pela influência ancestral fossilizada no subconsciente coletivo e pela educação, domesticadora até o servilismo.

Mas, se o rebanho humano é sempre o mesmo, faminto de pão e divertimentos, guerras ou circo, política ou cinema, sedento de prazeres brutais e de gargalhadas sensuais, essa vaga imensa ondulando ao sabor de um Alexandre, um Amílcar Barca, um Aníbal, um Xerxes, um César, Napoleão, Mussolini, Papa, Dempsey, Tunney, um Chico Bóia, um Rodolfo Valentino, – em compensação a ciência progrediu tanto que deu origem a fantástico desequilíbrio na vida social, posta imediatamente a serviço das

perversidades inomináveis, de toda a imbecilidade humana.

Descobertas, investigações, os métodos científicos atestam o esforço da *elite* intelectual. Por outro lado, cientistas se vendem cinicamente ao poder, ao capital, à vaidade das exibições

E o capitalismo industrializado se apodera de todo esse afã científico, mesmo ainda em embrião, de maneira que canaliza as energias humanas em uma direção única – a luta de competições, a concorrência econômica, o assalto às posições já ocupadas, o nacionalismo e, conseqüentemente, as guerras.

Todo o gênero humano vive para a cumplicidade brutal da prostituição sob todos os aspectos, pois que a organização social capitalista não passa de um vasto bordel em que se compram e vendem todos os sentimentos e as mais nobres aspirações, o Amor e a Consciência, as mais altas manifestações da Vida humana

(...)

Dá-se ainda um fenômeno digno de nota: os próprios cientistas não se subtraem à influencia das massas. Enquanto nos seus gabinetes, em meio de retortas e máquinas, experimentam, pesquisam, atordoam-se na inquietação absorvente de resolver problemas ou aproximar-se de determinada verdade, são admiráveis, superiores, grandes na sua perseverança; logo que atingem a uma pequenina realização e veem para o cenário social aplicar o resultado das suas experimentações, caem no nível das massas, descem à vulgaridade do dogma, à mediocridade domesticada, servil e perversa das Pátrias e dos partidos.

Acorda-se o nacionalista, o religioso a serviço da superstição e da ignorância, o cidadão a serviço dos

governos e das bandeiras, contra outros governos, outros cidadãos e outras bandeiras.

E toda a sua ciência se prostra aos pés do capital e da indústria.

O esforço superior do homem livre é deturpado, é prostituído.

Todas as descobertas, sem exceção alguma, todas as pesquisas da ciência são açambarcadas pelos interesses industriais e para as conquistas da guerra, conseqüentemente.

(...)

Dá que pensar: a civilização do dólar será engolida por si mesma, morrerá de apoplexia. (MOURA, 1931: 9-14).

Lima Barreto concebe a dinâmica da vida social rompendo com os esquemas rígidos e os receituários intelectuais construindo domínios e suas escatologias. No trecho abaixo endentado, critica literatos de seu tempo ao afirmarem ser a boemia própria do romantismo. Para ele, sempre houve boemia e, mais ainda, ela não impediu a produção de grandes obras literárias. Mais radicalmente, anula as fronteiras entre os gêneros literários e faz declaração da iconoclastia enquanto método nos estudos literários e sociais.

Para findar, resumo o meu pensamento; todas as épocas literárias tiveram os seus boêmios, mesmo o romantismo. Por isso, convém não qualificar a boêmia como sendo desta ou daquela. “A horrível mania da certeza”, de que fala Renan, leva mais a enganos do que a dúvida sistemática. Quem quer acertar, deve duvidar antes, durante e depois... (LIMA BARRETO, 2004b: 270).

Este princípio cartesiano da dúvida metódica adotado por Lima Barreto, está claramente exposto numa passagem do

seu livro “O cemitério dos vivos”. Neste livro ele apresenta uma relação de suas leituras referenciais, inspiradora dos conceitos utilizados em seus estudos, concepções intelectuais e pensamento analítico. Vejamos:

Lembro-me bem que lá [na igreja positivista quando Lima Barreto, por volta dos dezesseis anos de idade, frequentou as conferências de Teixeira Mendes] adquiri uma brochura do *Discours de la Methode*, de Descartes, em tradução. Lia-a com atenção, sem fadiga, antes com prazer. O que me encantou no livrinho do filósofo francês foi preconizar ele a dúvida metódica, senão sistemática, a tábua rasa preliminar, para se chegar à certeza. Quando, mais tarde, pude ler, nos resumos, as suas *Meditações Metafísicas*, a minha admiração cresceu ainda muito, aumentou sobremaneira, não tanto que o seguisse tão rápido quanto ele, da análise e da crítica, à construção final... Demorava-me na análise... (LIMA BARRETO, 2004: 130).

Em outro de seus escritos, Lima Barreto expressa com muita propriedade suas reservas e críticas quando do uso da Ciência como fonte de afirmações taxativas e categóricas quanto à natureza e ao comportamento humano. Vejamos algumas passagens em que ele se situa neste quesito:

Eu sou dado ao maravilhoso, ao fantástico, ao hipersensível; nunca, por mais que quisesse, pude ter uma concepção mecânica, rígida, do Universo e de nós mesmos. No último, no fim do homem e do mundo, há mistérios e eu creio neles. Todas as prosápias sabichonas, todas as sentenças formais dos materialistas, e mesmo dos que não são, sobre as certezas da ciência, me fazem sorrir e creio que este meu sorriso não é falso, nem precipitado, ele me vem de longas meditações e

de alanceantes dúvidas. (LIMA BARRETO, 2004: 40).

E mais adiante:

Eu não tenho nenhuma espécie de superstição pelos nossos títulos escolares ou universitários; eles dão algumas vezes algum saber profissional, muito restrito e ronceiro, e nunca uma verdadeira cultura. (LIMA BARRETO, 2004: 48).

Situando mais de perto de sua trajetória biográfica sua curiosidade em relação às explicações científicas da existência, dilemas e problemas humanos, Lima Barreto diz mais agudamente:

era meu propósito ambicioso de menino examinar a certeza da ciência e isto – vejam só os senhores – porque, lendo um dia, nos meus primeiros anos de adolescência, uma defesa de júri, encontrei este período:

“O réu, meus senhores, é um irresponsável. O peso da tara paterna dominou todos os seus atos, durante toda a sua vida, dos quais o crime de que é acusado não é mais do que o resultado fatal. Seu pai era um alcoólico, rixento, mais de uma vez foi processado por ferimentos graves e leves. O povo diz: tal pai, tal filho; a ciência moderna também”.

Muito menino, sem instrução suficiente, entretanto, semelhante aranzel me pareceu abstruso e sobretudo baldo de lógica e em desacordo com os fatos. Conhecia filhos de alcoólicos, abstinentes; e abstinentes pais, com filhos alcoólicos. (LIMA BARRETO, 2004: 123).

Os racistas utilizavam da autoridade da ciência para tentar solidificar suas ideias de dominação, num esforço calculado de dar ares de cientificidade a seus preconceitos. Lima Barreto denunciava

este procedimento, tentando estabelecer à ciência posição mais equilibrada, ausente de pedantismo e soberbia comuns na *intelligentsia*. Em seu “Diário íntimo” algumas passagens registram esta sua leitura. Vejamos:

A capacidade mental dos negros é discutida *a priori* e a dos brancos, *a posteriori*.

(...)

Discutindo a incapacidade mental desta ou aquela raça, temos o ar de dizer com o poeta grego – os bárbaros, gente vil que não ama a filosofia e ciências; êle se dirigia ao avô de Kant e ao tio de Descartes.

Se a feição, o pêso, a forma do crânio nada denota quanto a inteligência e vigor mental entre indivíduos da raça branca, porque excomungará o negro?

(...)

A ciência é um preconceito grego; é ideologia; não passa de uma forma acumulada de instinto de uma raça, de um povo e mesmo de um homem.

Se há três geometrias etc. etc.
(LIMA BARRETO, 1956b: 62).

O prestígio da ciência em inícios do século XX desembocava num verdadeiro culto, reverência e respeito coletivo a seus praticantes, conferindo a estes um domínio legitimador de suas sentenças. Nesta passagem, Lima Barreto desonera esta concepção ao problematizar as generalizações dos racistas. Como encerramento desta passagem, o autor remete à geometria, afirmando existir não apenas uma verdade geométrica. Conclusão contida neste momento do escrito: se existem várias geometrias, devemos considerar ser a diversidade também aplicada às concepções de estudos da sociedade. Ao mesmo tempo, desmistifica a ciência derrubando-a de seu pedestal de dona da verdade da vida, a reconduzindo para seus devidos termos

históricos e sociais. Desta maneira tem da ciência um conceito relacional, social e cultural, ao dizer que “a ciência não é assim um cochicho de Deus aos homens da Europa sobre a misteriosa organização do mundo.” (LIMA BARRETO, 1956: 112).

A Ciência, com “C” maiúsculo, não tinha acolhida entre os anarquistas aqui tratados. Percebiam haver, por trás de teorias e métodos ditos científicos, a sedimentação de preconceitos das mais variadas expressões. O monopólio medieval da verdade continuava não mais com o apelo à divindade, mas agora sob a alegação de ser procedente da razão científica. Como dito mais acima, desta concepção não partilhavam os anarquistas citados. No entanto esta particularidade não os conduziu a algum irracionalismo. Numa discussão exposta na revista carioca *A Vida*, Francisco Viotti, integrante do grupo de redatores, polemiza com Teixeira Mendes ao abordar o positivismo diante do anarquismo. Em certa altura deste seu escrito, Viotti, entre outras argumentações, retira da Ciência a qualidade de detentora da verdade única e exclusiva, afirmando não ser pretensão dos anarquistas imporem ciência a todos.

A filosofia anarquista não interdiz à investigação do espírito nenhum ramo dos conhecimentos humanos. Cientificamente tudo pode e deve ser investigado. O anarquismo não impõe ciência a quem quer que seja, apenas demonstra a necessidade de só aceitarmos aquilo que estiver de acordo com a nossa razão. A fé científica preconizada tão largamente pelo positivismo, o anarquismo não aceita. Tudo quanto for susceptível de demonstração deve ser demonstrado. O contrário seria um odioso despotismo, como quer A. Comte, que não admite críticas à

sua obra e interdiz aos seus discípulos a tentativa de aperfeiçoá-la. Descreveu o presente, desvendou o passado e previu o futuro e julga ter dito a última palavra. Descreveu um período de transição com precisão matemática, e fixou um “estado normal” ou definitivo para a Humanidade. Não admitiu que o espírito humano se desviasse do caminho por ele traçado, de modo que vivem já os seus discípulos em sérias dificuldades para justificar a não realização das previsões do mestre. (VIOTTI, 2012: 86)

Lebindo Vieira contesta Cezário Paepinho por ter escrito num dos jornais do Rio de Janeiro suas objeções a trabalhadores quando escreviam e publicavam reflexões sobre a questão social. Paepinho impunha como condição, para a expressão de análises sociais nos jornais operários, o domínio integral das regras da gramática, o conhecimento de compêndios e as obras completas dos estudiosos de maiores projeções. Vieira discorda veementemente de Paepinho. Vejamos um trecho final deste seu artigo.

- Se a maioria dos trabalhadores desconhece por completo as teorias de Proudhon, Stablatte, Ihering, ou do aristocrático Spencer, não é culpa sua como lha quer imputar Paepinho, mas sim dos grandes senhores que, como vemos, tornam cada vez mais corrompido e asfixiante o ambiente social em que vivemos.

Por conseguinte, devemos admitir a manifestação ampla de todo indivíduo, sem lhe indagarmos de onde vem, se é *sabichão* ou ignorante, competindo tão somente aos mais lúcidos, com carinho e amor, aventar e assimilar aquilo que a experiência lhe haja sugerido, que assim surgirá em todos os cérebros a noção de razão e consciência.

* * *

Para que o trabalhador possa protestar contra a camarilha que o oprime e deforma; para que ele possa dizer que é roubado; para que possa analisar sua situação e, bem assim, ter ideia da opressão e sua origem, não é preciso buscar regras de sintaxe nem tampouco compulsar economistas cujas concepções, na maior parte das vezes, não passam de meras fantasias criadas por cérebros despreocupados que jamais sentiram e auscultaram as misérias sociais. (VIEIRA, 2012: 92-93).

A estas considerações, elaboradas por Francisco Viotti e Lebindo Vieira, soma-se a de Florentino de Carvalho, mais acima apresentada, quando ele inclui a eliminação do “veneno do fanatismo religioso”, mas também a destruição do “micróbio do racionalismo”, como forma dos trabalhadores conquistarem “a liberdade intelectual e a independência moral”, condições à “autonomia econômica e política”. O dogma, entendido como pensamento fechado em si mesmo, torna idênticos religião e racionalismo. Para o fundamentalista religioso e para o fanático da ciência, os discordantes e refratários aos seus postulados e às suas verdades universais, são percebidos como espécie de hereges e sacrílegos, merecedores de processos punitivos, de excomunhão. O pensamento social anarquista não dá acolhida a estes procedimentos medievais transfigurados de diferentes maneiras sob a modernidade.

Nesta perspectiva, a liberdade de expressão acompanha e é confirmada na liberdade de experimentação. Em que pese o ambiente social profundamente adverso, como já anotado, quando os trabalhadores anarquistas realizavam escolas, encontros, manifestações,

greves, sindicatos, conferências, teatro, comissões em defesa de operários presos ou deportados, listas de subscrições em auxílio de familiares dos trabalhadores presos ou enfermos, entre outras tantas associações; quando faziam novas formas nas relações de convivência, eu dizia, também estavam elaborando concepções, conhecimentos, saberes, ideias.

As ações constituíam em instaurações oriundas dos debates, dos conhecimentos, dos conceitos produzidos por personalidades dentro de associações. Por vezes acontecia de temas discutidos no coletivo de editores, ou em outros agrupamentos, serem levados para as colunas dos jornais. Era a ocasião para interlocução agora através das páginas dos jornais. Como exemplo desta forma desinstitucionalizada de produção e socialização do conhecimento, *A Voz do Trabalhador* estampou em vários números uma discussão envolvendo Neno Vasco e João Crispim em torno do tema ‘anarquismo no sindicato’.

João Crispim é outro dos pseudônimos de Primitivo Raymundo Soares, mais conhecido como Florentino de Carvalho (NASCIMENTO, 2006: 136-138). Este processo de socialização do conhecimento é constituído simultaneamente pela sua produção, na imprensa anarquista, em conferências, em expressões das artes. Por sua vez as reflexões eram alimentadas pelas atividades, num dinamismo societário relacional, processual, situacional e circunstanciado.

4 – Imprensa anarquista: pensamento coletivo, dinamismo relacional, multilateralidade, indisciplina, iconoclastia

A palavra “jornal” aciona sentidos e significados bastante precisos em nossos tempos. Como um dos importantes meios de comunicação social das sociedades modernas, o jornal compartilha com o rádio, a TV aberta e a internet, o papel de difusor de notícias na contemporaneidade. No início do século passado o jornal monopolizava esta função. Embora a palavra seja a mesma – jornal –, os sentidos e significados partilhados socialmente sobre este meio de comunicação diferem, não apenas com a passagem do tempo, mas também num mesmo período. Como dito acima, de único meio de divulgação de notícias ideias no começo do século XX no Brasil, o jornal foi atingido pela concorrência do rádio, depois da televisão e, mais recentemente, da internet.

Na atual temporalidade, ao jornal são projetadas atribuições gerais: noticioso de eventos locais, regionais e nacionais; também registrando o cotidiano de celebridades da política, das finanças ou das artes; colunismo social; fatos policiais; notícias internacionais; cobertura de eventos esportivos; anúncios classificados; cultura e lazer. Isto quanto aos assuntos abordados em suas páginas. O formato do jornal também obedece a um padrão gráfico: impresso em papel específico, diagramação por colunas, estampando fotos, gráficos e tabelas, dados, estatísticas, histórias em quadrinhos. Não me alongarei nestas caracterizações, bastando indicar a leitura de Maurice Mouillaud (2002) a quem mais interesse tenha sobre este meio de comunicação social.

Pois bem. O movimento operário possuía seus jornais e revistas. Livros, panfletos e brochuras integravam o conjunto da imprensa operária anarquista. No entanto, apesar da verossimilhança nominal, não há muitas características coincidentes com os jornais contemporâneos. Tratei estas questões de forma mais detalhada na minha tese (NASCIMENTO, 2006).

Apesar da palavra idêntica à atual – jornal –, do formato gráfico aproximado e do sentido comunicacional, os dinamismos singulares envolvidos na feitura dos jornais anarquistas são incontestavelmente significativos e reveladores de sua singularidade. Desde a decisão da criação do jornal passando pela sua elaboração e produção, até a circulação propriamente dita, o jornal anarquista expressa vibração coletiva. *A Plebe*, por exemplo, foi criada durante as manifestações do movimento dos trabalhadores no ano de 1917 na cidade de São Paulo. O seu artigo editorial registra a decisão de editores do jornal anticlerical *A Lanterna* em mudar nome e linha editorial por conta das manifestações e início da greve anarquista iniciada em junho deste ano (LOPREATO, 2000).

Rumo à Revolução Social

A Plebe, como facilmente se verifica, é uma continuação da *A Lanterna*, ou melhor dizendo, é a própria *A Lanterna* que, atendendo às excepcionais exigências do momento gravíssimo, com nova feição hoje ressurgiu para desenvolver a sua luta emancipadora em uma esfera de ação mais vasta, de mais amplos horizontes, com um integral programa de desassombrado combate a todos os elementos de opressão que sujeitam o povo deste país, como o de toda a terra, à odiosa sociedade vigente,

alicerçada por toda a sorte de misérias e de violências.

Surgindo, há dezessete anos, com feição anticlerical especializada, por iniciativa de quem militava no movimento libertário, vinha, a popular folha, inegavelmente, corresponder à grande necessidade de se dar decidido combate ao ultramontanismo dominador, cuja chocante ousadia provocara então, aqui e em outras partes, uma notável agitação de protesto.

Reaparecendo, em nova fase, em 1909, também pelo esforço de elementos anarquistas, ainda dessa vez atendia tal tentativa, acolhida com entusiasmo desusado, a evidentes exigências de ser, com vivacidade, ativada a campanha, já amortecida, contra o nefando clericalismo, pois que vinha ao encontro do formidável movimento de indignação mundial provocado pelo infame crime de que Ferrer, o libertário abnegado, fora a vítima gloriosa, tombando altivamente nos fossos do castelo de Montjuich, sacrificado pelos manejos do tenebroso conluio reacionário então dominante na Espanha e no qual o bando negro do Vaticano fora dominante.

E assim, sempre sustentada pelos mesmos lutadores do meio libertário, valiosamente coadjuvados por um bom núcleo de homens de consciências bafejadas por princípios inovadores espalhados por todo o Brasil, foi *A Lanterna* atravessando os anos, vivendo a vida penosa e de sobressaltos das folhas avançadas, zurzindo impiedosamente a canalha da Igreja, desmascarando os tartufos sociais, combatendo, em campanhas memoráveis que lhe valeram perseguições sem conta, todas as explorações e tiranias e colocando-se sempre, com a sinceridade e o entusiasmo de quem

esposa uma causa que é sua, ao lado das vítimas dos potentados. (LEUENROTH, 1917).

Um grupo de trabalhadores decide associar-se e dirigir suas energias corporais, intelectuais, afetivas e outras, na instauração de diversas ideias. Dentre elas está um jornal. No caso *A Lanterna* iniciou como um vigoroso jornal anticlerical, reunindo no seu grupo editorial anarquistas, sindicalistas, individualistas e livres-pensadores. Os jornais e revistas anarquistas tinham o suporte de um coletivo editorial com afinidade pessoal, mas não significando isto homogeneidade de ideias. A vontade de agir libertariamente era o combustível necessário para provocar a explosão das energias de todos e de cada um, fazendo da própria existência uma irrupção de forças transformadoras, pessoais e coletivas. Isto encontramos muito bem expresso nas palavras do “Artigo inicial” apresentando a revista *Floreal*, cujo atividade editorial estava a cargo de Lima Barreto.

No núcleo que fundou e pretende manter esta publicação, não sou eu quem mais sabe isto ou aquilo; antes, um sou que menos sabe.

Não foi esse o motivo; talvez fosse por ser eu o mais aparentemente ativo e, para empregar uma palavra da moda, o mais ostensivamente lutador, que os meus companheiros me deram tão honrosa incumbência.

Não que eu o seja de fato. Examinando-me melhor, creio que há em mim um inquieto, a quem a mocidade dá longínquas parecenças de ativo e de combatente; e quiçá tais semelhanças tivessem enganado os meus amigos e companheiros, elevando-me à direção desta pequena revista.

O seu engano não foi total, penso eu; na época de vida que atravesso, o inquieto pode bem vir a ser o lutador

e o combatente, tais sejam as circunstâncias que o solicitem. Eu as desejo favoráveis a essa útil mutação de energia, para poder levar adiante este tentamen de escapar às injunções dos mandarinos literários, aos esconjuros dos preconceitos, ao formulário das regras de toda a sorte, que nos comprimem de modo tão insólito no momento atual.

Não se trata de uma revista de escola, de uma publicação de *clã* ou maloca literária. Quando, como nos anos que correm, a crítica sacode e procura abalar ciências duas e mais vezes milenares, como a geometria, e os dogmas mais arraigados, como o da indestrutibilidade da matéria, seria paradoxalmente exótico que nós nos apresentássemos unidos por certos teoremas de arte, com seguras teorias de estilo, e marcando um determinado material para nossa inspiração.

Não se destina, pois, a *Floreal* a trazer a público obras que revelem uma estética novíssima e apurada; ela não traz senão nomes dispostos a dizer abnegadamente as suas opiniões sobre tudo o que interessar a nossa sociedade, guardando as conveniências de quem quer ser respeitado.

É uma revista individualista, em que cada um poderá, pelas suas páginas, com a responsabilidade de sua assinatura, manifestar as suas preferências, comunicar as suas intuições, dizer os seus julgamentos, quaisquer que sejam. (LIMA BARRETO, 1956a: 180-182).

A revista anarquista do Rio de Janeiro *A Vida* publica em seu primeiro número um registro indicando os processos de decisões coletivas envolvendo a criação dos impressos. Vejamos:

Aos camaradas

Existindo em poder do Grupo Editor “Novos Horizontes” e do Comité pró Congresso Internacional Anarquista determinadas quantias, e tendo em vista que aquele grupo não pode levar à prática a sua iniciativa pela insuficiência do dinheiro recolhido, e que o Congresso Anarquista não se realizou por motivo da conflagração Europeia, – o Grupo “Novos Horizontes”, reputando um crime de lesa propaganda conservar esse dinheiro por mais tempo paralisado, convidou os contribuintes de uma e outra subscrição a uma reunião na qual propôs que esse dinheiro fosse aplicado numa obra de propaganda anarquista, sendo a quase totalidade dos presentes concordes em que, com esse dinheiro, fosse iniciada a publicação de um periódico anarquista, decidindo, entretanto, que se facultasse àqueles que não concordassem com essa aplicação, o direito de retirar a importância com que haviam contribuído para essas duas iniciativas.

Convidados, pelo Grupo editor de “A Vida” todos aqueles que tinham contribuído para as subscrições abertas pró “Novos Horizontes” e pró Congresso Internacional Anarquista e que, discordando com o destino que ao produto dessas subscrições ia ser dado, desejassem reaver as quantias com que concorreram a participar o seu desejo pessoalmente ou por escrito, ao Grupo Editor de “A Vida” até o dia 15 próximo passado, o que prova que o destino que foi deliberado dar ao produto daquelas duas subscrições satisfaz a todos os subscritores.

Nem outra cousa era de esperar pois os que contribuíram para a revista “Novos Horizontes” vêm o seu dinheiro aplicado no trabalho de propaganda para que o destinavam – uma revista – apenas com substituição de título e uma

orientação puramente anarquista; e os que contribuíram para a representação do Brasil anarquista no Congresso Internacional de Londres, vêm o seu dinheiro aplicado numa obra também anarquista e que à maravilha se presta para preparar essa nossa representação no Congresso Internacional que venha a realizar-se após a Conflagração europeia, discutindo, em suas colunas, os temas que deverão ser apresentados, estudando o problema econômico e social da região e colhendo os dados indispensáveis para a elaboração da Resenha histórica do Movimento Anarquista no Brasil que se pretendia apresentar ao Congresso agora adiado. (VIOTTI, 1914).

Também o *Boletim da Escola Moderna*, em seu texto de apresentação no primeiro número, registra ser o periódico resultado da convergência de esforços, fazendo emergir o sentido coletivo desta iniciativa. Vejamos.

À guisa de apresentação

Aparece hoje, pela primeira vez, o *Boletim da Escola Moderna*, cuja publicação nos preocupava o espírito desde muito e só agora, sob a sugestão da data de 13 de Outubro, pôde tornar-se uma realidade.

É certo que tem no presente uma feição bastante modesta, mas, também, não é menos certo que, apesar disso, não deixa de prometer-nos abundantes e salutareos frutos.

É o que esperamos.

Demais, o tamanho das cousas, para nós, só tem valor e merecimento em relação às virtudes e às excelências de suas qualidades.

Assim é que, apesar da exiguidade de formato com que se apresenta, o *Boletim da Escola Moderna* poderá

prestar valiosíssima contribuição para a obra de propaganda racionalista, que temos empreendido, servindo de veículo para a disseminação das modernas correntes de ideias que tendem a reabilitar a humanidade para a vida, redimindo-a e tornando-a livre e feliz.

E por isso, sob a influência resultante da data histórica que hoje comemoramos, e tendo como incentivo para o nosso encorajamento o valioso auxílio tão gentilmente prestado pelos homens livres – nos sentimos com força suficiente para prosseguir na tarefa que nos impusemos, firmes, resolutos, na certeza de que a causa da Justiça, pela qual Ferrer pagara o tributo de sua vida, terá em breve completo triunfo, trazendo-nos como consequência fatal e inevitável, uma transformação social que possa corresponder às aspirações de toda a Humanidade.

E feitas estas explicações, cumprenos o dever de agradecer a aceitação com que esta iniciativa foi acolhida por parte das pessoas que por ideias e sentimentos desejam cooperar para a difusão do ensino e educação de acordo com o método racionalista – prometendo-lhes, da nossa parte, a regular publicação de nosso *Boletim*, todos os meses.

A Redação (PENTEADO, 1991)

O depoimento de Pedro Catallo (1901 – 1969) é um registro claro de como havia a associação de militantes anarquistas dando suporte financeiro na existência de *A Plebe*. Esta prática, expressa através das palavras de Catallo, era comum e recorrente entre os operários a fim de concretizarem as ideias.

A União dos Artífices em Calçados realizava semanalmente, todas as segundas-feiras à noite, assembleias gerais, frequentadas assiduamente por grande número de operários já

habituaados a essas assembleias. O número de militantes ativos e atuantes desse sindicato era grande, destacando-se um jovem de bela aparência, de regular inteligência e de atuação marcante: Afonso Festa. Outro militante dedicado, honesto e atuante era João Peres, pai do nosso atual companheiro Ideal Peres. Para se ter uma ideia do número de militantes jovens que atuavam dentro da *União dos Artífices em Calçados*, basta citar que tínhamos formado um grupo chamado *Legião dos Amigos da Plebe*, para angariar recursos para esse jornal, que se compunha de mais de 50 pessoas, todos sapateiros e todos jovens. (CATALLO, 2007: 16).

Esta prática de convergência de esforços com objetivos sociais era recorrente na feitura dos jornais, revistas, livros e demais atividades encetadas pelos anarquistas dentro do movimento operário. Qualquer pessoa interessada em verificar estes detalhes nos jornais, pode pesquisar nestes periódicos. Encontrará neles o registro revelador do dinamismo coletivo posto em ação através dos artigos, notas e apelos como estes expostos a seguir.

José Oiticica no jornal *Ação Direta* nos números 04 de 07.05.1946, 11 de 29.06.1946 e no 13 de 14.07.1946, deixa registrado em pequenas notas, o caráter coletivo característico da feitura deste periódico. Vejamos a seguir as três pequenas notas com esta expressão.

Administração

1 – *Ação Direta*, semanário anarquista, vive exclusivamente das contribuições assumidas voluntariamente por seus simpatizantes. A Administração pede encarecidamente aos contribuintes já existentes, como aos novos, que fixem sua quota mensal e procurem nem variá-la, nem deixar de enviá-la até o dia 5

de cada mês. A não observância dessas duas condições pode perturbar o andamento de *Ação Direta*.

Tão pronto o número de contribuições ultrapasse as necessidades de *Ação Direta*, empreenderemos a publicação de folhetos e, quase certo, um suplemento cultural (ciência, literatura, música, etc.)

2 – Toda correspondência deve ser enviada para a rua Buenos Aires, 147 – A – 2.º – Rio de Janeiro. (AÇÃO DIRETA, 1946).

Ação direta não pode aumentar sua tiragem agora; mas você, leitor, pode concorrer para difundir suas doutrinas lendo-a sempre a cinco, dez, quinze pessoas amigas e com elas discutindo os assuntos tratados. É um meio prático de aumentar-lhe enormemente a tiragem. Faça isso! O êxito está na ação!!! (AÇÃO DIRETA, 1946).

Apelo

Temos de aumentar nossa tiragem; mas, como já dissemos outro dia, a venda avulsa dá enorme *deficit*. Só um meio há de arcarmos com as despesas de maior tiragem. É estender-se a lista dos contribuintes e dobrar cada qual sua contribuição. Nosso periódico não é comercial, não aceita anúncios; não é político, nem publica, a tanto por linha, notícias ou reclamos; em suma, não temos matéria paga.

Logo, apelamos para os entusiastas de *Ação Direta*. Procurem novos contribuintes. Dobrem ou tripliquem suas contribuições.

Atrás das palmas, a *ação direta*, ainda com sacrifícios. (AÇÃO DIRETA, 1946).

A primeira nota foi estampada nos números do jornal. Nos outros números havia apelos semelhantes aos dois

seguintes. Há nestes registros o anúncio do dinamismo coletivo envolvendo mais do que a feitura do jornal, expressando claramente um modo de vida desonerando as fronteiras entre vida e conhecimento, educação e sociedade, saber e poder, conceitos e práticas, ação e reflexão. Fica sobremodo evidente a vibração associacionista entusiasmando personalidades vigorosas, agrupadas em coletivos ingovernáveis e em coletivos de coletivos também irredutíveis. Nestes espaços, inventados pelos trabalhadores anarquistas, aconteciam a expansão da liberdade individual e coletiva através de procedimentos instauradores de experimentos liberatórios, libertários e libertadores.

Os leitores eram convidados a atuarem energeticamente tanto contribuindo financeiramente com o jornal, como escrevendo, distribuindo o jornal, fazendo leitura coletiva e discutindo com seus conhecidos os assuntos tratados no impresso. Todo este dinamismo coletivo tem relação com o discernimento, destes militantes, do conhecimento, do saber, acontecer em fluxos de intensas interlocuções. As leituras comentadas (BARRANCOS, 1998), as conferências operárias, as manifestações de rua, o teatro social, os piqueniques, as escolas anarquistas, os sindicatos revolucionários, os congressos operários, os livros, brochuras, panfletos, jornais e revistas inventados pelos anarquistas (PARRA, 2017), apresentavam a percepção do caráter eminentemente coletivo, social, na elaboração do conhecimento.

O saber existe condicionado às relações, portanto, nas conversações e interlocuções. E quanto maior for a possibilidade de experimentações e instaurações na convivência, maior e mais intensa acontecerá a elaboração, manutenção dos meios e circulação do

conhecimento. Por sua vez, a liberdade na sociedade depende dela ser inventada e instaurada por personalidades libertas em seu campo subjetivo. Isto coloca a situação de interdependência entre conhecimento e relações sociais, da mesma forma em que a iniciativa pessoal está diretamente relacionada ao maior ou menor grau de liberdade interior e social.

Quanto mais pessoas libertas subjetivamente, mais estas agirão, mais serão ativas, recusando a passividade, omissão ou indiferença. Também, quanto maior for o grau de liberdade social existente, maior a interlocução. A ação coletiva através de seus integrantes ativos, resulta na ampliação, adensamento e aprofundamento da liberdade social retroalimentando, por exemplo, as fontes de elaboração, produção e socialização dos saberes. O conhecimento é uma evidência da socialização, da sociabilidade, da associação na convergência de esforços, na comunicação das observações individuais e coletivas, através do espaço e do tempo. Quanto mais liberdade há na vida humana, ou seja, quanto menos coerção, dogma, censura, proibição, mais amplo e vigoroso se torna o estoque social dos saberes. Na mesma proporção quanto mais pessoas dispostas a desafiar as tiranias, disponíveis aos enfrentamentos, destemidas perante os combates cotidianos, enfim, desassombradas, maior acontecerá o alargamento das liberdades coletivas e individuais.

Escrevendo no jornal *Germinal!* em seu número 11 de 31.05.1913, Florentino de Carvalho, num “Apelo aos camaradas”, procura instilar nos leitores atitudes mais aguerridas na elaboração, manutenção e socialização daquele periódico. Atividade, iniciativa, mobilização de todos é o objetivo de suas palavras.

É preciso que cada um faça alguma coisa, que os passivos se tornem ativos, e todos a um tempo façamos com que os nossos princípios sejam o centro de gravidade da atenção geral, e o povo os tome como guia do porvir. (GERMINAL, 1913).

No número 02 do jornal *A Guerra Social* de 16.07.1911 há o anúncio da criação e manutenção do “Centro Libertário”. No texto assinado por L. M., iniciais de Lucas Másculo, outro pseudônimo de Primitivo Raymundo Soares, está registrado com muita propriedade o caráter coletivo multiprocessual envolvendo, afetando e empolgando seus criadores e integrantes.

Centro Libertário

Magnífica iniciativa a da fundação de um centro libertário em São Paulo. A ideia que inspirou essa iniciativa é grandiosa.

Trata-se de alugar um grande salão pelas proximidades do centro da cidade, onde possam caber milhares de pessoas, com palco – para representações dramáticas.

Esse salão virá a ser o centro de reunião de todos os libertários da capital, para maior concordância e união das energias individuais. Sob este ponto de vista o centro vem satisfazer uma necessidade já bastante sentida pelos elementos de propaganda. Há diversos grupos, espalhados pelos bairros da Capital que, assim, isoladamente, bem pouco podem fazer. Em 1º lugar, tem que lutar com dificuldade para pagar o aluguel de uma salinha que, antes de atrair os camaradas, fá-los fugir. Dai a luta a custo de sacrifícios, para poderem existir.

O Centro vai reunir esses e outros elementos dispersos para uma ação comum e mais vantajosa.

O salão estará todos os dias (com poucas exceções) à disposição dos

camaradas – de dia e de noite, bem entendido. Os camaradas encontrar-se-ão sempre em grande número e quando surgir uma boa ideia, uma boa iniciativa, haverá maior possibilidade de pô-la em prática e analisá-la. Haverá sala de leitura com boa biblioteca, pode-se mandar vir de fora grande quantidade de obras de alto valor por preços quase insignificantes, pondo todas as pessoas desejosas de instruir-se em condições de adquirir uma infinidade de preciosos conhecimentos científicos e sociais.

Alguém perguntará: – E o aluguel, quem o pagará? Poderão os libertários de São Paulo fazer frente a despesas tão grandes como essa?

A questão é muito simples; para a primeiras despesas estamos fazendo uma subscrição de ações de 10\$000 reis cada uma, que já atingiu uma boa quantia.

Depois, com quatro ou cinco vezes por mês, que alugamos o salão para outras associações de caráter recreativo, teremos adquirido a importância do aluguel. E com o que sobra descontaremos as ações e empreenderemos as obras que forem necessárias, conforme as circunstâncias e momentos.

Quando faltar dinheiro para o aluguel, o que não é muito provável, realizaremos uma festa de propaganda para adquiri-lo.

Como se vê, a ideia é muito boa e muito possível realizá-la.

E em breve será um fato.

O Centro Libertário pode tornar-se centro de muitas iniciativas de agitação popular, tanto para os operários obterem melhoramentos, como para exercitar o povo à ação revolucionária donde, num futuro não remoto pode sair o início da revolução social.

Ali os camaradas poderão exercitar se nas discussões e no estudo para falar ao público, etc.

Quantas cousas interessantes não se poderão fazer, com a fundação do Centro?

Da boa vontade de todos os que sentem ser necessário fazer propaganda anarquista, depende o êxito da grande iniciativa.

Avante!

São Paulo, 10 de julho de 1911. (A GUERRA SOCIAL, 1911)

São muitas as citações de jornais, revistas e livros, possíveis de serem feitas indicando as particularidades do pensamento social anarquista no Brasil. O conjunto conceitual e prático deste pensamento está em rotundo, flagrante e intenso contraste com o estabelecido e apresentado no cânone das escolas oficiais do pensamento social brasileiro. Uma *cartografia intelectual* particular toma formas e contornos mais precisos quando estudamos os impressos anarquistas desprovidos de perspectivas teóricas estranhas aos referenciais intelectuais evocados nos jornais e impressos anarquistas aqui tratados.

Acontece de ter sido meticulosa e calculadamente obliterada, da memória coletiva e dos registros do pensamento social brasileiro, a presença vigorosa dos intelectuais operários, como já dito. Dar as devidas dimensões ao trabalho intelectual e prático dos trabalhadores anarquistas no Brasil é tarefa desafiante, pois o ambiente intelectual dominante se acomodou aos postulados marxistas e/ou liberais, desqualificando, ignorando, repetida e insistentemente, as desenvolvimentos intelectuais elaboradas nos setores populares no Brasil do período histórico aqui referido.

Palavras finais

É bastante comum pesquisadores do anarquismo serem interpelados por algum interlocutor apresentando questões relativas a uma suposta inexecutabilidade das propostas anarquistas. Para eles as perguntas são apresentadas contendo, sob a aparência de questionamento, uma afirmativa sólida e taxativa: não houve realização do anarquismo em nenhum lugar do mundo. Emendam a pergunta afirmativa com um registro, feliz consigo mesmo, de ter todos os movimentos anarquistas sofridos derrotas por cima de derrotas. Para este interlocutor imaginário, o fracasso histórico demonstraria, com uma pretensa força dos fatos, ser o anarquismo ideal inócuo, delirante e irreal. Pois, diria ainda mais este interlocutor, numa sociedade complexa, entendida como estatal, industrial e urbana, é imperativo a direção do conjunto da sociedade por um grupo específico.

O raciocínio sustentando esta peroração é de uma lógica surpreendente: por ser óbvia a impossibilidade dos seres humanos se autogovernarem, torna-se evidente a necessidade dos seres humanos serem governados por alguns... seres humanos. É de pasmar! Contestando este raciocínio, de um brilhantismo lógico a toda prova, alguém já lembrou os brinquedos infantis, como acontece num jogo de “pelada” no meio da rua ou num campinho do bairro: os brincantes prescindem de juiz e “bandeirinhas” quando estão envolvidos com seu brinquedo, resolvendo por mútuo entendimento os problemas e desafios colocados nesta atividade.

O dinamismo da vida social acontece por sobre, e muitas vezes à revelia, das datas do calendário oficial, dos protocolos burocráticos, dos procedimentos institucionais e das verdades anunciadas

pelas vozes consagradas das elites, dirigentes ou com esta pretensão. Ideias, concepções e valores não seguem muito fielmente o estabelecido pelas autoridades de plantão. Neste sentido, as lutas, batalhas e enfrentamentos provocados pelo movimento operário na primeira metade do século vinte, marcou fundamente a sociedade brasileira. O conjunto da vida social teve sua vibração afetada pelos escândalos iniciados dentro dos setores populares no Brasil no período aqui considerado. Vejamos algumas destas contribuições deixadas pelo movimento anarquista, alargando libertariamente o modo de vida nos diferentes segmentos sociais.

Os estudiosos do movimento operário têm desconsiderado um aspecto importante e significativo: a economia distributiva posta em andamento pelos trabalhadores anarquistas. Para realizar atividades com escolas, jornais, revistas, livros, congressos, teatro social, viagens de propaganda organizacional e dos jornais, auxílio para trabalhadores enfermos e para as famílias de operários presos ou deportados, é necessário haver suporte financeiro. De onde vinham estes recursos? Respondo: dos próprios trabalhadores. Os jornais, por exemplo, costumavam publicar balancetes das contribuições enviadas por pessoas ou coletividades. Ainda está por ser feito um estudo específico sobre estes dados registrados nos jornais anarquistas, a fim de termos um mais apurado conhecimento em torno deste assunto.

Caminhando nesta direção, deve ser melhor dimensionado as importantes conquistas sociais no Brasil iniciadas pelas ações pioneiras dos anarquistas. Isto é mais verdadeiro quanto aos setores populares, e diz respeito tanto ao trabalho intelectual como à transformação da convivialidade, tornando-a mais inclinada a costumes

progressistas e respeitosos da diversidade de modos de vida. As conquistas dos trabalhadores, como as oito horas, descanso semanal, segurança e salubridade nos locais de trabalho, são atribuídas a dadivosos governantes. Os livros oficiais de história, e a *intelligentsia*, cumprem este papel. Lopreato (2000), Khoury (1981) e Leuenroth (2016), desconstruem estas verdades oficiais, indicando em seus estudos, no caso das duas pesquisadoras, e em seus depoimentos como testemunha da greve de 1917 e outras manifestações operárias, no caso de Leuenroth, como os trabalhadores impuseram, ao patronato e aos governantes, novas condições de trabalho e de vida.

Também foram os anarquistas os primeiros a colocarem meninos e meninas juntos em sala de aula. Isto feito através de estudos e reflexões em busca de novos métodos de educação e ensino, amplamente discutidos em congressos operários, nos jornais e demais impressos anarquistas. O conservadorismo católico, regente das escolas oficiais, viam como imoralidade juntar meninos e meninas no espaço escolar. As iniciativas dos trabalhadores, neste campo como noutros, possuíam caráter coletivo cujo valor e significado tenho aqui insistido destacar. Ainda quanto à educação, foram os anarquistas que lutaram por incluir as mulheres dentro das conquistas sociais. A educação feminina foi tratada como urgência urgentíssima pelos trabalhadores anarquistas (MOURA, 1924). Isto quando o ambiente social envolvente, regido pelo conservadorismo católico, como dito, estava impregnado de misoginia, destinando à mulher a vida vivida apenas no ambiente doméstico. O título de “rainha do lar” funcionava como consolo e compensação psicológica à redução a que a mulher era jogada, numa tentativa de fazê-la acatar resignadamente sua própria

subalternização. Mais que isso: fazê-la empenhar-se, entusiasmar-se com seu assujeitamento.

Enfim, como encerramento destas reflexões, chamo a atenção para o vocabulário anarquista. Das correntes de pensamento moderno, a única a acolher e valorizar conceitos tidos na conta de maléficos e antissociais, é o anarquismo: indisciplina, desobediência, desaprendizagem, rebeldias, iconoclastia, destruição, abolição das prisões e da separação entre trabalho manual e intelectual são alguns. Ao mesmo tempo, racionalismo, educação, escola, jornal, sindicato, foram esgarçados em suas fronteiras autoreferentes, tendo utilização num processo nômade de sentidos, com significados circunstanciados, situados e provisórios, mas sempre inclinados à desoneração das hierarquias, à ruína da exploração, ao fim da adoração. Isto significa, invenção constante da liberdade social e pessoal, através da ação de pessoalidades livres e associadas (PASSETTI, 2003).

Por estas razões não tem sentido tratar do movimento anarquista como tendo sido totalmente derrotado em todos os lugares, pois a ampliação das liberdades na sociedade moderna são, em grande parte, resultados das lutas encetadas pelos anarquistas (DOLGOFF, 2005). No caso do pensamento social no Brasil, os trabalhadores anarquistas, através de sua imprensa, tensionaram, problematizaram e, mais longe ainda, recusaram os conceitos, princípios e postulados autoritários, racistas e classistas da *intelligentsia*. Nos seus jornais, elaboraram *pensamento coletivo* ao, nos grupos editoriais, elaborarem, produzirem, conceberem e socializarem suas análises, seus estudos e suas perspectivas em torno dos acontecimentos locais e mundiais. Cabe

ainda um registro: nas décadas iniciais do século passado, o jornal impresso era o meio de comunicação social existente. Não havia outro. O movimento operário era possuidor destes meios, através dos quais tornava audível sua própria voz, visível sua imagem. Atualmente estes impressos estão em arquivos públicos como documentos emanados de personalidades agrupadas em coletivos. Consultando estes periódicos, é possível ainda de se ouvir suas vozes arredias, impetuosas, ingovernáveis!

Referências

- A GUERRA SOCIAL – Periódico anarquista. Rio de Janeiro. (1911 – 1912).
- A LANTERNA. Jornal anticlerical. São Paulo – SP. (1ª fase 1901-1904; 2ª fase 1909-1916; 3ª fase 1933-1935).
- A PLEBE. Jornal anarquista. São Paulo – SP. (1917-1951).
- AÇÃO DIRETA. Semanário anarquista. Rio de Janeiro – RJ. (1945-1955).
- ANDERSON, Benedict R. Comunidades imaginadas: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.
- BAKUNIN, Mikhail. Socialismo, federalismo e antiteologismo. Tradução Plínio Coelho. São Paulo; Cortez, 1988. (Coleção Pensamento e Ação).
- BARBUJANI, Guido. A invenção das raças. Existem mesmo raças humanas? Diversidade e preconceito racial. São Paulo: Ed. Contexto, 2008.
- BARRANCOS, Dora. As “leituras comentadas”: um dispositivo para a formação da consciência contestatória entre 1914 – 1930. In: Cadernos AEL: anarquismo e anarquistas. Campinas: UNICAMP/IFCH, v. 8/9, 1998.
- CAMPOS, Francisco. O Estado Nacional e suas Diretrizes. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1937.
- _____. O Estado Nacional – Sua Estrutura, Seu Conteúdo Ideológico. 2. ed. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1940.
- CÂNDIDO, Antonio. 20 livros fundamentais para conhecer o Brasil. IN: <<http://www.folhasocial.com/2013/11/20-livros-fundamentais-para-conhecer-o.html>>. Acessado em 12.01.2014.
- CARVALHO, Florentino de (Primitivo Raymundo Soares). A comédia legislativa e as leis de repressão. IN: *A Obra*. Ano 01 – N.º 07 – São Paulo – SP. 23.06.1920.
- _____. Da escravidão à liberdade: a derrocada burguesa e o advento da igualdade social. Porto Alegre: Renascença, 1927.
- _____. A Guerra Civil de 1932 em São Paulo: solução imediata dos grandes problemas sociais. São Paulo: Ariel, 1932.
- _____. Anarquismo e sindicalismo. Rogério Nascimento (organizador). São Paulo; Imprensa Marginal, 2008.
- _____. Anarquismo e anarquia. Rogério Nascimento (organizador). São Paulo; Imprensa Marginal, 2010.
- _____. Anarquismo e socialismo. Rogério Nascimento (organizador). São Paulo; Imprensa Marginal, 2012.
- CARVALHO, Nanci Valadares de (Coord.). *Leituras sociológicas*. [1940]. São Paulo; Vértice: Editora Revista dos Tribunais, 1987.
- CATALLO, Pedro. Subsídios para a história do movimento social no Brasil. In: *Verve – Revista semestral do NU-SOL – Núcleo de Sociabilidade Libertária / Programa de Estudos Pós-Graduados em Ciências Sociais, PUC-SP*. N.º 11 (abril 2007). São Paulo: o Programa, 2007. p. 11 – 48.
- CERQUEIRA, Laurez. Florestan Fernandes: vida e obra. São Paulo; Expressão Popular, 2004.
- CHACON, Vamireh. História das Ideias Socialistas no Brasil. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1965.
- COMAS, Juan et all. Raça e ciência I. São Paulo: Editora Perspectiva, 1970.
- COMTE, August. Curso de Filosofia Positiva; Discurso sobre o espírito positivo; Discurso preliminar sobre o conjunto do positivismo; Catecismo positivista. 2. ed. – São Paulo: abril Cultural, 1983 (Coleção Os Pensadores).
- CUBERO, Jaime. *Jaime Cubero – seleção de textos e entrevistas*. São Paulo: Centro de Cultura Social, 2015.
- DIEGUES JR, Manuel. Etnias e culturas no Brasil. [1ª ed. 1952]. Rio de Janeiro; Biblioteca do Exército Editora, 1980.

- DIWAN, Pietra. Raça pura: uma história da eugenia no Brasil e no mundo. São Paulo: Ed. Contexto, 2008.
- DOLGOFF, Sam. A relevância do anarquismo para a sociedade moderna. Tradução de Felipe Corrêa. São Paulo: Faísca Publicações Libertárias, 2005.
- DOMINGUES, Petrônio. A nova abolição. São Paulo: Selo Negro, 2008.
- DULLES, John F. Anarquistas e Comunistas no Brasil. Tradução de César Parreiras Horta. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1977.
- DUNN, L. C. et all. Raça e ciência II. São Paulo: Editora Perspectiva, 1972.
- DURKHEIM, Emile. Lições de Sociologia: a Moral, o Direito e o Estado. São Paulo: T. A. Queiroz: Ed. da Universidade de São Paulo, 1983.
- FERREIRA, Jorge. Trabalhadores do Brasil: o imaginário popular (1930 – 1945). Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1997.
- FOUCAULT, Michel. Em defesa da sociedade. Curso no Collège de France (1975-1976). São Paulo: Martins Fontes, 1999. (Coleção Tópicos).
- _____. Os anormais. Curso no Collège de France (1974-1975). São Paulo: Martins Fontes, 2001.
- _____. O nascimento da bio-política. Curso no Collège de France (1978-1979). São Paulo: Martins Fontes, 2008.
- FRANÇA, Jean Marcel Carvalho. A construção do Brasil na literatura de viagem dos séculos XVI, XVII e XVIII: antologia de textos (1591-1808). Rio de Janeiro: José Olympio; São Paulo: Unesp, 2012.
- FREYRE, Gilberto. Nina Rodrigues recordado por um discípulo. In: LINS E SILVA, Augusto. Atualidade de Nina Rodrigues. Rio de Janeiro: Cia. Editora Leitura, 1945. p. 11 – 19 (Coleção Crítica e Ensaio).
- GERMINAL!. São Paulo – SP. 1913.
- GOPAL, Balakrishnan. Um mapa da questão nacional. Rio de Janeiro: Contraponto, 2000.
- GRAY, John. Missa negra: religião apocalíptica e o fim das utopias. Rio de Janeiro: Record, 2008.
- _____. Cachorros de palha: reflexões sobre humanos e outros animais. 7ª ed. Rio de Janeiro: Record, 2011.
- GUIBERNAU I BERDUM, M. Montserrat. Nacionalismos: o estado nacional e o nacionalismo no século XX. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1997.
- HARDMAN, Francisco Foot. Nem Pátria Nem Patrão: memória operária, cultura e literatura no Brasil. 3. ed. ver. e ampl. São Paulo: UNESP, 2002.
- HOBBS, Thomas. Leviatã ou matéria, forma e poder de um Estado eclesiástico e civil. 3ª ed. – São Paulo: Abril Cultural, 1983. (Coleção Os Pensadores).
- KHOURY, Iara Aun. As greves de 1917 em São Paulo e o processo de organização proletária. São Paulo: Cortez: Autores Associados, 1981. (Coleção Teoria e Práticas Sociais).
- KNIESTEDT, Friedrich. Memórias de um imigrante anarquista. Porto Alegre: Escola Superior de Teologia, 1989. (Coleção Imigração Alemã).
- KROPOTKIN, Piotr, Alexeyevitch. A conquista do pão. Tradução Cesar Falcão. Rio de Janeiro: Achiamé, 2011.
- KULTUR. Revista internacional de Sociologia e Filosofia. Rio de Janeiro, 1904.
- KUMAR, Krishan. Da sociedade pós-industrial à pós-moderna: novas teorias sobre o mundo contemporâneo. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1997.
- LEUENROTH, Edgard. Rumo à Revolução Social. In: A Plebe. São Paulo – SP. Anno 01 – Nº 01 – 09/06/1917. p. 01
- _____. O movimento operário; A Greve de 1917. São Paulo: Centro de Cultura Social, 2016.
- LIMA BARRETO, Afonso Henriques de. 1881-1922. Impressões de leitura. Prefácio de M. Cavalcanti Proença. Organização de Francisco de Assis Barbosa com a colaboração de Antônio Houaiss e M. Cavalcanti Proença. São Paulo: Editora Brasiliense, 1956a. (Coleção Obras Completas – XIII).
- _____. Diário íntimo. Memórias. Prefácio de Gilberto Freyre. Organização de Francisco de Assis Barbosa com a colaboração de Antônio Houaiss e M. Cavalcanti Proença. São Paulo: Brasiliense, 1956b. (Coleção Obras Completas – XIV).
- _____. Triste fim de Policarpo Quaresma. Clara dos Anjos. São Paulo: Editora Scipione; 1994.
- _____. O cemitério dos vivos: memórias. São Paulo: Editora Planeta do Brasil; Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional, 2004.

_____. Os Bruzundangas. São Paulo; Ática, 2008. (Série Bom Livro).

LOPREATO, Christina Roquette. O Espírito da Revolta, a greve geral anarquista de 1917. São Paulo: Annablume, FAPESP, 2000.

LUIZZETTO, Flávio. Utopias anarquistas. São Paulo: Brasiliense, 1987.

MARTINS, Wilson. História da inteligência brasileira. São Paulo; Cultrix; Editora da Universidade de São Paulo, 1976.

MELLA, Ricardo; LOMBROSO, Cesare. Los anarquistas. Barcelona: Ediciones Jucar, 1978.

MICELI, Sérgio (Org.). História das Ciências Sociais no Brasil. São Paulo: Vértice, Revista dos Tribunais, IDESP, 1989. v. 1.

_____. Intelectuais à brasileira. São Paulo; Companhia das Letras, 2001.

MOUILLAUD, Maurice. O nome do jornal. In: PORTO, Sérgio Dayrell (Org.). O Jornal: da forma ao sentido. 2ª ed. Tradução Sérgio Grossi Porto. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2002. (Coleção Comunicação, 2). p. 85-98.

MOURA, Maria Lacerda de. Amai-vos e... não vos multipliqueis. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira Editora, 1922.

_____. "A mulher é uma Degenerada". São Paulo: Typ. Paulista, 1924.

_____. *Civilização – tronco de escravos*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira Editora, 1931.

NASCIMENTO, Rogério H. Z. Florentino de Carvalho, pensamento social de um anarquista. Rio de Janeiro: Achiamé, 2000.

_____. Indisciplina: experimentos libertários e emergência de saberes anarquistas no Brasil. (2006). Programa de Estudos Pós-Graduados em Ciências Sociais/PUC-SP. (Tese de doutoramento), 2006.

_____. Cartografias intelectuais: políticas do pensamento social. In: VERVE – Revista do Núcleo de Sociabilidades Libertárias do PEPGCS/PUC/São Paulo –, Nº 22 – Outubro, 2012a. p. 99-116.

_____. (Org.). Educação anarquista: saberes, ideias, concepções. São Paulo; Imprensa Marginal, 2012b.

OITICICA, José. Ação direta: meio século de pregação libertária. Rio de Janeiro; Ed. Germinal, s/d.

OKADA, Alexandra (Org.). Cartografia cognitiva: mapas do conhecimento para pesquisa,

aprendizagem e formação docente. Cuiabá; KCM, 2008.

OLIVEIRA, Roberto Cardoso de. Identidade, etnia e estrutura social. São Paulo; Livraria Pioneira Editora, 1976.

ORTIZ, Renato. Cultura Brasileira e Identidade Nacional. 5ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.

PALLARES-BURKE, Maria Lúcia; BURKE, Peter. Repensando os trópicos: um retrato intelectual de Gilberto Freyre. São Paulo; Editora UNESP, 2009.

PARRA, Lúcia Silva. Leituras libertárias: cultura anarquista na São Paulo dos anos 1930. São Paulo: Centro de Cultura Social, 2017.

PASSETTI, Edson. Rebeldias e Invenções na Anarquia. VERVE – Revista Semestral do NUSOL – Núcleo de Sociabilidade Libertária/PEPGCS. São Paulo, n. 3, abr. 2003.

PENTEADO, João. Boletim da Escola Moderna – Suplemento sobre a Obra de Ferrer. FAC SIMILE coedição Centro de Memória Sindical & Arquivo do Estado de São Paulo, 1991.

PEREIRA, Astrojildo. Ensaio Históricos e Políticos. São Paulo: Alfa-Ômega, 1979.

PERICÁS, Luiz Bernardo; SECCO, Lincoln Ferreira. (Org.). Intérpretes do Brasil: clássicos, rebeldes e renegados. São Paulo; Boitempo, 2014.

POUTIGNAT, Philippe; STREIFF-FENART, Jocelyne. Teorias da Etnicidade. Seguindo de Grupos Étnicos e suas fronteiras de Fredrik Barth. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1998.

PROUDHON, Pierre-Joseph. Proudhon. Edson Passeti e Paulo-Edgar Resende (Orgs.). São Paulo; Editora Ática: 1986. (Coleção Grandes Cientistas Sociais).

RAGO, Margareth. Do Cabaré ao Lar: *a utopia da cidade disciplinar*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

REIS, José Carlos. As identidades do Brasil: de Varnhagen a FHC. 3ª ed. – Rio de Janeiro: Editora FGV, 2000.

_____. As identidades do Brasil 2: de Calmon a Bomfim: a favor do Brasil: direita ou esquerda?. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

RICUPERO, Bernardo. As sete lições sobre as interpretações do Brasil. São Paulo; Alameda, 2008.

ROCKER, Rudolf. Nacionalismo y cultura. 3ª Ed. Castellana. Tradução del manuscrito alemán por D. A. de Santillán. Corrigida según el texto definitivo de la edición alemán de 1949. Buenos Aires, AR; Editorial Americalee, s/d.

RODRIGUES, José Albertino. Sindicato e Desenvolvimento no Brasil. São Paulo: Símbolo, 1979.

SANTIAGO, Silviano (Org.). Intérpretes do Brasil. Rio de Janeiro; Nova Aguilar, 2ª ed., 2002 – 3 v. (Biblioteca luso-brasileira: Série brasileira).

SCHWARCZ, Lilia Moritz. O Espetáculo das Raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil, 1870-1930. São Paulo; Companhia das Letras, 1993.

SORJ, Bernardo. A construção intelectual do Brasil contemporâneo: da resistência à ditadura ao governo FHC. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001.

SIMÃO, Azis. Sindicato e Estado. São Paulo: Dominus, EDUSP, 1966.

STIRNER, Max. O falso princípio de nossa educação. In: _____. Textos dispersos. Lisboa: Via Editora, 1979. 63 – 93.

_____. O Único e a sua Propriedade. Lisboa, Portugal: Antígona, 2004.

TOLEDO, Caio Navarro de. ISEB: fábrica de ideologias. 2ª ed. Campinas; SP: Editora da UNICAMP, 1997.

TYLOR, Edward Burnett. A ciência da Cultura [1871]. In: _____. Evolucionismo cultural. Textos de Morgan, Tylor e Frazer. Rio de Janeiro: Zahar, 2005.

UNDERSTANDING Brazil: a reader's guide. Translator, Susan Casement Moreira. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2009.

VIEIRA, Lebindo et all. “É necessário conhecêmo-nos a nós mesmos.” In: NASCIMENTO, Rogério (org.). Educação anarquista: saberes, ideias, concepções. São Paulo: Imprensa Marginal, 2012. p. 91-93.

VIOTTI, Francisco. Aos camaradas. In: A Vida. Rio de Janeiro – RJ. Ano 01 – Nº 01 – 30/11/1914. p.16.

_____. et all. Positivismo e anarquismo. In: NASCIMENTO, Rogério (org.). Educação anarquista: saberes, ideias, concepções. São Paulo: Imprensa Marginal, 2012. p. 82-90.

Recebido em 2018-11-07

Publicado em 2018-11-16